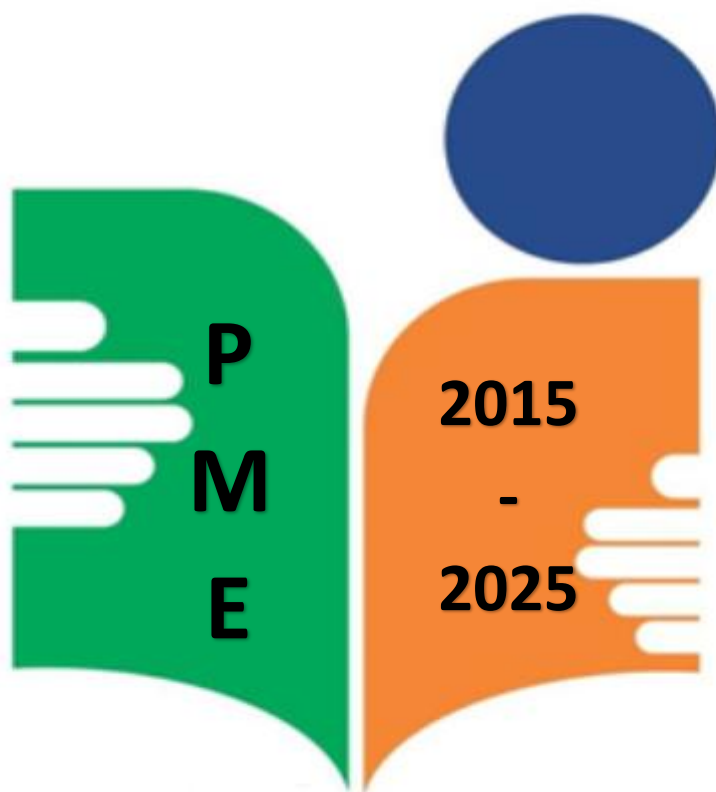




PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RONDON DO PARÁ

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



RONDON DO PARA - PA

EDILSON OLIVEIRA PEREIRA
Prefeito Municipal de Rondon do Pará – PA

MARIA SUELI FERREIRA CORDEIRO LEITE
Secretária Municipal de Educação

COORDENAÇÃO GERAL

Albertino Ferreira Rocha
Ester Denise Amaral Gonçalves
Lindalva Araújo de Souza
Maria Janete de Souza Novais
Noeme Reis Cangussu Lopes

COMISSÃO ESPECIAL DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PME
Portaria nº 006/2013 – SEMEC

Cristina Fonseca dos Santos – Diretoria de Ensino
Ester Denise Amaral Gonçalves – CME
Jean Carlos Lima da Costa – Setor de Estatística da SEMEC
Lucilange Leite Costa de Almeida – Secretaria Municipal de Educação
Márcia Cristina Vieira de Amorim – Secretaria Municipal de Educação
Maria Janete de Souza Novais – CME

FÓRUM PERMANENTE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RONDON DO PARÁ – PA

Secretária Municipal de Educação
Representante do Conselho Municipal de Educação
Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Representantes do Governo Municipal
Representante da Comissão de Educação do Poder Legislativo Municipal
Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação
Representante do Conselho da Alimentação Escolar
Representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB);
Representante dos Conselhos Escolares ou Conselho de Pais e Mestres;
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Representante das Instituições Federais de Educação Superior;
Representante das Instituições Estaduais de Educação Superior;
Representante dos Diretores de Escolas Municipais;
Representante dos Diretores de Escolas Estaduais;
Representante dos Pais de alunos das Escolas Municipais (via CE – Conselho Escolar);
Representante dos estudantes da rede municipal, incluindo os de EJA (Educação de Jovens e Adultos), via CE – Conselho Escolar);
Representante de estudantes da rede estadual (via grêmio estudantil ou Conselho Escolar – CE);
Representante dos proprietários e trabalhadores em meios de comunicação do município;
Representantes de Religiosos de Igrejas Majoritárias no Município;
Representante do Conselho Tutelar;
Representante do Conselho do Direito da Criança e do Adolescente.
Representante de movimentos sociais, associações de bairros e outras entidades com efetivo envolvimento com a educação escolar;

COLABORADORES

Adeildes Silva Santos
Ana Paula Silva Santos
Andrea Santos Bastos Brito
Bianca Vilaça Amaral
Clarice Terezinha Beluzzo
Edilene Rodrigues dos Santos
Eneilza Hartuique Rodrigues
Flávia Daniely Teixeira de Aquino Costa
Janaína Almeida Ferraz de Araújo
Jane Cleia Vieira Feitosa
Lucileide Alves dos Santos
Maria Aurora de Oliveira Santos
Maria de Fatima Braga Leite
Maria de Fatima Brito
Maria Ilza Oliveira
Maria Lúcia Souza Rodrigues
Rosa Maria do Socorro A. Braga
Vagna Aparecida Alves Nogueira
Valeria Maria Neres Azevedo

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	05
LISTA DE QUADROS	07
LISTA DE GRÁFICOS	09
LISTA DE SIGLAS	10
APRESENTAÇÃO	12
I – INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos e Prioridades do PME.....	15
II – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	17
1.1 Histórico de Rondon.....	17
1.2 Aspectos Geográficos e Demográficos	18
1.3 Aspectos Populacionais.....	19
1.4 Aspectos Socioeconômicos.....	21
1.5 Aspectos Culturais e Desportivos.....	23
II – EDUCAÇÃO EM RONDON DO PARÁ	28
2.1 Histórico da Educação.....	28
2.2 Perfil e Funcionamento da Educação no Município	31
2.3 O Conselho Municipal de Educação e os desafios para a década.....	35
2.4 Visão Estratégica da Secretaria Municipal de Educação.....	36
III – NÍVEIS DE ENSINO	37
3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	37
• Diagnóstico.....	37
• Estrutura Organizacional e Pedagógica.....	37
• Diretrizes.....	39
• Metas e Estratégias.....	41
3.2 ENSINO FUNDAMENTAL	44
• Diagnóstico.....	44
• Estrutura Organizacional e Pedagógica.....	47
• Diretrizes.....	55
• Metas e Estratégias.....	56
3.3 ENSINO MÉDIO	65
• Diagnóstico.....	65
• Estrutura Organizacional e Pedagógica.....	66
• Diretrizes.....	67
• Metas e Estratégias.....	68

3.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	70
• Diagnóstico.....	70
• Diretrizes.....	72
• Metas e Estratégias.....	72
3.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	74
• Diagnóstico.....	74
• Diretrizes.....	76
• Metas e Estratégias.....	77
3.6 EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	80
• Diagnóstico.....	80
• Diretrizes.....	82
• Metas e Estratégias.....	83
3.7 EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	84
• Diagnóstico.....	84
• Diretrizes.....	86
• Metas e Estratégias.....	86
4. GESTÃO E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO.....	88
• Diagnóstico.....	88
• Metas e Estratégias.....	90
5. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO.....	92
• Diagnóstico.....	92
• Metas e Estratégias.....	94
6. SISTEMA DE ENSINO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....	95
• Diagnóstico.....	95
• Metas e Estratégias.....	99
7. EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	100
• Diagnóstico.....	100
• Metas e Estratégias.....	101
8. RELAÇÕES ÉTICAS RACIAIS AFRO-BRASILEIRA.....	102
• Diagnóstico.....	102
• Metas e Estratégias.....	103
9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diagnóstico Geral do Perfil e Funcionamento da Educação no Município por Estabelecimento de Ensino e Dependência Administrativa.

Tabela 2 - Demonstrativo da Matrícula por Nível e Modalidade de Ensino nos últimos 04 (quatro) anos no meio urbano e rural.

Tabela 2.1 - Demonstrativo de alunos fora da escola em Rondon do Pará – PA.

Tabela 2.2 – Gráfico demonstrativo de alunos fora da escola em Rondon do Pará – PA.

Tabela 3 - Demonstrativo geral das matrículas na educação infantil, por dependência administrativa no município de Rondon do Pará.

Tabela 4 - Demonstrativo das Escolas da Educação Infantil por número de alunos, docentes e alunos especiais inclusos – Zona Urbana (Creche e Pré-escola).

Tabela 5 - Demonstrativo das Escolas da Educação Infantil por número de alunos, docentes e alunos especiais inclusos – Zona Rural (Creche e Pré-escola).

Tabela 6 - Demonstrativo das Escolas da Educação Infantil por número de alunos, docentes e alunos especiais inclusos - Zona Urbana - Rede Particular (Creche e Pré-escola).

Tabela 7 - Informações sobre o Município de Rondon do Pará referente a população, localização e faixa etária.

Tabela 8 - Estabelecimentos de Ensino por dependências Administrativa no Ensino Fundamental.

Tabela 9 - Demonstrativo das Escolas do Ensino Fundamental de 08 anos por número de alunos na esfera municipal de 1ª a 8ª série.

Tabela 10 - Demonstrativo das Escolas do Ensino Fundamental de 09 anos por número de alunos na esfera municipal – 1º ao 9º ano.

Tabela 11 - Demonstrativo das Escolas do Ensino Fundamental de 08 anos por número de alunos na rede particular – 1ª a 8ª série nos anos de 2009 a 2013.

Tabela 12 - Demonstrativo das Escolas do Ensino Fundamental de 09 anos por número de alunos na rede particular – 1º ao 9º ano.

Tabela 13 - Demonstrativo da distorção idade-série nos Ensino Fundamental anos iniciais e finais.

Tabela 14 - IDEB 2007, 2009, 2011 e Projeções para o Brasil.

Tabela 15 – IDEB's observados em 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 e metas para a Rede Municipal.

Tabela 16 - Demonstrativo do número de alunos matriculados nas turmas da Educação de Jovens e Adultos nos últimos 10 anos.

Tabela 17 - Demonstrativo da quantidade de alunos matriculados na EJA nos últimos cinco anos.

Tabela 18 - Demonstrativo do desempenho na EJA nos últimos cinco anos.

Tabela 19 - Relação de alunos da Educação Especial inclusos nas salas regulares da Rede Municipal de Ensino – Zona urbana.

Tabela 20 - Relação de alunos da Educação Especial inclusos nas salas regulares da Rede Municipal de Ensino – Zona rural.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População, por identificação de homens e mulheres, segundo grupos de idade, para a região administrativa de Rondon do Pará, no ano de 2010.

Quadro 2 – Percentual populacional, conforme a faixa etária escolar, para o município de Rondon do Pará em relação ao ano de 1990 a 2010.

Quadro 3 – Remuneração média de empregos formais em 31 de dezembro de 2011.

Quadro 4 – Demonstrativo do Produto Interno Bruto no município de Rondon do Pará.

Quadro 5 – Índice de Desenvolvimento Humano de Rondon do Pará.

Quadro 6 – Demonstrativo da população residente em Rondon do Pará por faixa etária de 6 a 17 anos que estão fora da escola.

Quadro 7 - Extinção Gradativa do Ensino Fundamental de 8 Anos e Ampliação Gradativa do Ensino de 9 Anos.

Quadro 8 – Demonstrativo da matrícula inicial do Ensino Fundamental na rede municipal – pública e privada.

Quadro 9 – Percentual de escolas de Ensino Fundamental segundo a infraestrutura disponível nas escolas municipais de Rondon do Pará em 2013.

Quadro 10 – Organização do Ensino Fundamental de Nove Anos.

Quadro 11 - Matrícula inicial no Ensino Médio – Regular e Educação de Jovens e Adultos na rede estadual pública.

Quadro 12 - Matrícula inicial no Ensino Médio na rede privada:

Quadro 13 – Demonstrativo da quantidade de escolas do campo nos últimos cinco anos.

Quadro 14 - Demonstrativo de alunos matriculados nas Escolas do Campo por nível.

Quadro 15 - Tipos de deficiências e número de alunos por escola municipais da zona urbana e rural, matriculados no ano 2014 no ensino fundamental:

Quadro 16 - Demonstrativo do Percentual de Funções Docentes com Nível Superior em Rondon do Pará segundo o Censo 2013.

Quadro 17 – Demonstrativos com Planilha de Receitas da Secretaria Municipal de Rondon do Pará dos anos 2012 e 2013 do município de Rondon do Pará.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Indicadores do Desempenho Escolar do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série – Meio Urbano e Rural nos últimos quatro anos.

Gráfico 2 – Indicadores do Desempenho Escolar do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série – Meio urbano e rural nos últimos quatro anos.

Gráfico 3 – Indicadores do Desempenho Escolar da Educação de Jovens e Adultos – Meio urbano e rural nos últimos quatro anos.

LISTA DE SIGLAS

- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- CAAE** – Centro de Atendimento Educacional Especializado
- CEB** – Câmara de Educação Básica
- CME** – Conselho Municipal de Educação
- CNAS** – Conselho Nacional de Assistência Social
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- EMEF** – Escola Municipal de Ensino Fundamental
- ENCCEJA** – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH-M** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IFPA** – Instituto Federal do Pará
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PAR** – Plano de Ações Articuladas
- PARFOR** – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
- PCN's** – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PDDE** – Programa Dinheiro Direto na Escola
- PDE** – Plano de Desenvolvimento da Escola
- PDE ESCOLA** – Plano de Desenvolvimento da Escola
- PEE** – Plano Estadual de Educação
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PME** – Plano Municipal de Educação
- PNATE** – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
- PNAE** – Plano Nacional de Alimentação Escolar
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- PNLD** – Plano Nacional do Livro Didático
- PRÓ INFÂNCIA** - Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
- MEC** – Ministério da Educação
- SAMU** – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- SEMEC** – Secretaria Municipal de Educação
- SINTEPP** – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará
- TIC's** – Tecnologias de Informação e Comunicação
- UEPA** – Universidade Estadual do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNAMA – Universidade da Amazônia

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará

UVA – Universidade do Vale do Acaraú

Apresentação

O município de Rondon do Pará, buscando enfrentar os principais desafios concernentes à Educação e os avanços tecnológicos e econômicos que influenciam no fortalecimento do processo de ensino aprendizagem, através da Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Conselho Municipal de Educação propôs o processo de elaboração do PME de forma que viabilize a ampla participação de representantes da comunidade escolar e sociedade civil organizada.

O Plano Municipal de Educação de Rondon do Pará, vigente pelos próximos dez anos, representa uma grande conquista e avanço na área educacional do município, não só pelo seu processo de elaboração como também pelo estabelecimento de metas, acompanhadas das respectivas estratégias que buscam atingir os objetivos propostos.

Além da construção coletiva, o Plano está embasado na Lei Federal nº 10.172/001, no seu artigo 2º que disciplina o Plano Nacional de Educação – PNE, no artigo 9º da Lei nº 9394/96 da LDB e no Decreto nº 6.094/2007, inciso XXIII, do Plano de Metas Compromisso “Todos pela Educação”.

O documento aqui apresentado teve como primeira etapa de elaboração, estudos realizados com os educadores e na Conferência Municipal de Educação em 2011 com a temática: Plano Municipal de Educação e os desafios do município para a próxima década. A partir de então foi instituído através da portaria 006/2013 uma Comissão de Sistematização do Plano.

Diante de algumas dificuldades e fontes bibliográficas para pesquisas de dados estatísticos o processo da sistematização do documento se prolongou, no entanto, sua concretização representa significativas conquistas na educação, dentre elas: o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, educação de qualidade como direito fundamental em todos os níveis, melhoria do nível de escolaridade da população municipal, redução das desigualdades sociais, acesso e a permanência com sucesso na educação pública e valorização e formação profissional.

Essa abordagem traduz o pensamento coletivo do município para uma década, sendo definidas ações para curto, médio e longo prazo integradas ao Plano Estadual e Nacional de Educação.

A Secretaria Municipal de Educação, primando pelo compromisso de elaborar o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025, observando o princípio constitucional da gestão democrática do ensino público, busca realizar este trabalho, com transparência, impessoalidade, autonomia e competência, em consonância com as normas definidas no PNE e PEE visando garantir o acesso, permanência e conclusão com sucesso das crianças, jovens e adultos nas instituições de ensino da cidade de Rondon do Pará.

I - Introdução

A necessidade de elaboração de um plano amplo e contextualizado visando promover e desenvolver a educação no país surgiu com o Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932. Com esse movimento ocorreu uma enorme repercussão que, sinalizou na Constituição de 1934, no artigo 150 a competência da União fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país.

Com a Constituição Federal de 1988, ressurgiu essa ideia, sendo estabelecido, em seu artigo 214 a exigência de lei para elaboração do PNE, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam.

Além disso, a Lei nº 9394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina em seu artigo 87 que cabe à União, a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, e institui a Década da Educação.

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, tem como objetivo a elaboração global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais, o acesso e permanência com sucesso na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais.

O Plano Municipal de Educação (PME), por sua vez, tem como objetivo atender às demandas educacionais da população no âmbito do município, através da definição de um projeto político institucional local que serve de referência para a formulação e implementação de políticas públicas, de modo articulado e integrado à legislação das esferas estadual e nacional.

Na presente proposta de PME para Rondon do Pará, cabe ressaltar que um dos postulados que nortearam sua elaboração foi a de não restringi-lo à rede municipal de ensino, mas sim abarcar toda a educação que se faz no município. Assim, muito embora vários objetivos e metas aqui constantes implique em ações de esferas de competência legal do âmbito estadual e federal, como aquelas que dizem respeito ao ensino médio e a educação superior, entende-se que só é possível a construção de um Plano Municipal de Educação quando são abordados as diferentes níveis e modalidades de ensino de forma integrada. Os objetivos e metas aqui constantes que extrapolem a área de competências municipal serão encaminhadas às esferas do governo correspondentes enquanto demanda da população de Rondon do Pará mesmo porque a educação em suas diferentes etapas e modalidades, seja ela de responsabilidade federal ou estadual, acontece no território do município.

Dessa forma a estrutura do Plano Municipal de Educação é inspirada no Plano Nacional de Educação que aborda cada eixo em dimensões: diagnóstica, estrutura organizacional e pedagógica, processo de avaliação da aprendizagem, diretrizes, objetivos e metas.

1.1 - Objetivos e Prioridades do PME

Seguindo a mesma linha do Plano Nacional de Educação, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 214 e as especificidades locais, identificadas no diagnóstico da Educação do município de Rondon do Pará, foram definidas as diretrizes gerais do Plano Municipal de Educação, orientadas para o alcance dos seis objetivos básicos. Assim, este Plano Municipal de Educação tem como objetivos:

- a – Elaboração global do nível de escolaridade da população;
- b – Universalização do atendimento escolar;
- c – Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- d – Formação humanitária, científica e tecnológica;
- e – Formação para o trabalho;
- f – Promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;
- g - Erradicação do analfabetismo.

A importância de se eleger os objetivos acima citados se dá na medida em que estamos vivenciando um período de profundas mudanças demográficas, como o da urbanização, do “envelhecimento” da população e do alto índice de crianças, jovens e famílias fora da escola. O senso comum faz crê que boa parte da clientela do ensino fundamental são atendidas, no entanto muitos nunca estudaram ou foram excluídos da escola muito cedo.

No município de Rondon do Pará, estima-se segundo o IBGE 2010 que 20% da população não frequentaram a escola por questões de interesse pessoal, disponibilidade de tempo e a grande necessidade de trabalhar para sustentar a família. Esses fatores são determinantes para se traçar um perfil das demandas futuras e propostas educativas que satisfaçam essa população considerada excluída do meio educacional, apresentando-se como local privilegiado para a convivência humana e a apropriação do saber.

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível com aquela definida tanto pelo Plano Nacional como pelos movimentos sociais depende de uma sequência progressiva de ações, são estabelecidas prioridades neste plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais.

Estas prioridades são as seguintes:

- 1) Garantia de ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência, com sucesso, na escola e a conclusão desse ensino com qualidade social. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino, para que todas obtenham a formação adequada ao desenvolvimento humano integral, indispensável ao exercício da cidadania plena e ao usufruto do patrimônio cultural da

sociedade contemporânea. O processo pedagógico deverá se adequar às necessidades dos alunos, de acordo com as suas fases de idade e o seu ambiente cultural, garantindo um ensino socialmente significativo.

2) Garantia aos portadores de necessidades educacionais especiais de acesso à educação de qualidade em todos os níveis e modalidades, nas redes regulares de ensino.

3) Garantia de ensino fundamental e médio a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram e de erradicação total do analfabetismo, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte integrante desse nível de ensino.

4) Ampliação do atendimento à educação infantil, já que no PNE atribui-se ao Plano Municipal de Educação a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de quatro anos de idade, quer na educação infantil, quer na educação fundamental, e a gradual extensão do acesso ao ensino médio para todos os jovens que completam o nível anterior, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias.

5) Valorização dos trabalhadores da educação, com particular atenção à formação inicial e continuada, tanto para professores como para funcionários administrativos. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas, o tempo para estudo e preparação das aulas; a garantia de salário digno, com piso salarial e plano de carreira para o magistério.

6) Desenvolvimento de sistemas de gestão democrática e participativa, de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

7) Desenvolvimento do regime de colaboração com a União, o Estado e a Sociedade Civil, visando à plena execução dos objetivos e metas previstos no Plano Municipal de Educação.

8) Realização do Censo Educacional e criação de banco de dados para acompanhamento da educação em todas as esferas que atuam no Município de Rondon do Pará.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1.1 - Histórico de Rondon

O município de Rondon do Pará teve origem por volta de 1962, com os trabalhos de marcações das primeiras fazendas. No entanto, o povoamento do atual território somente ocorreu, em 1968, quando o Departamento de Estradas e Rodagens (DER) implantou ali o seu primeiro acampamento, dando início à abertura da rodovia PA-70.

Nessa época, a localidade passou a ser conhecida como Candangolândia de Arino Brazil, numa alusão aos pioneiros que construíram a cidade de Brasília chamada candangos.

Em 1969, o médico Dr. Camilo Viana, coordenador de um grupo de estudantes, chegou ao local para realizar atendimento nas áreas de saúde e educação. O Médico e sua equipe, faziam parte do projeto denominado de Projeto Rondon cujo o objetivo era levar profissionais e estudantes universitários para o interior do país que naquela época tinha como lema para a Região Amazônica “Integrar para não Entregar”, a partir daí surgiu o nome Vila Rondon.

O número de habitantes cresceu gradativamente com a chegada de pessoas de outros estados, principalmente do Espírito Santo e Minas Gerais que encontraram na região condições apropriadas para implantação de projetos agropecuários e para a exploração do extrativismo vegetal. Com tão grande aumento populacional, chegando a cerca de 35 mil habitantes nos anos 80, a Vila passa a ser cidade no dia 13 de maio de 1982 através da Lei Estadual nº 5.027/1982 recebendo o nome de Rondon do Pará.

Sua população geral já chegou a atingir cerca de 66 mil habitantes, sendo reduzida depois com a perda de territórios como por exemplo de Goianésia do Pará que pertencia a área rondonense.

Em 1984 a cidade recebe sua primeira agência bancária, Banco Bradesco em seguida em 1985 instala-se no município o Banco do Brasil e na mesma época Banco do Estado do Pará (Banpará) e o extinto Bamerindus.

Neste período o município teve seu auge e com auto índice de imigração, a cidade tinha uma economia forte legada à extração de madeira, pois contava com dezenas de indústrias madeiras, com isso Rondon do Pará, recebera diversos benefícios, como um terminal rodoviário, algo que na época, poucas cidades possuíam com esta estrutura, Hospital Municipal, Escola de Nível Médio (2º grau), comarca próprio, cartório próprio, parque de exposições, uma pista de avião (hoje desativado) para receber pequenos aviões particulares na região, entre outros benefícios que perduraram por toda década de 90.

Durante os anos 2000, a economia da cidade girava em torno de suas madeireiras e principalmente no ramo de carvoarias não permanecendo por muito tempo, devido as diversas irregularidades nesses setores. No final da década, houve uma forte decadência na economia

da cidade devido à grande especulação e fiscalização sobre os empresários dos ramos madeireiros e carvoeiros da cidade. Hoje a economia gira em torno do setor agropecuário, comercial e industrial. O município já foi administrado por seis prefeitos diferentes desde sua emancipação (1982); Gildeu Miranda (1983-1988); Olávio Silva Rocha (1989-1992); Moisés Soares de Oliveira (1993-1996); Matildo Dias da Silva (1997-2000); Moisés Soares de Oliveira (2001 à 06/2004); Edilson de Oliveira Pereira (06 a 12/2004); Edilson de Oliveira Pereira (2005-2008); Olávio Silva Rocha (2009 a 08/2010), Shirley Cristina de Barros Malcher (agosto de 2010-2012); Shirley Cristina de Barros Malcher (2013 a 10/2014); Edilson de Oliveira Pereira (outubro de 2014 a 2016).

1.2 – Aspectos geográficos e demográficos

Rondon do Pará situa-se à Sudeste do estado do Pará, a 04°46'34" de latitude sul e a 48°04'02" de longitude oeste, estando a uma altitude de 195 metros. Seu clima é tropical com estação seca que varia entre a mínima de 22°C e máxima de 35°C. Sua população, de acordo com estimativas do IBGE/2015 é de 49.977 habitantes. Possui uma área de 8.246,394 km². Localizado na região Sudeste do estado do Pará, distante da capital Belém em 538 km. Rondon do Pará se localiza em umas das principais vias do Estado, a BR 222 Belém-Brasília. Sendo esta a principal rodovia, recebendo os investimentos e serviços que são destinados a essa região. Em cerca de 200 km de estrada, Rondon do Pará predomina sobre as seguintes cidades: Dom Eliseu, Bom Jesus do Tocantins e Abel Figueiredo, tendo em vista que quem exerce o papel de capital regional é a cidade de Marabá, porém os demais serviços da região se encontram em solo rondonense.

Rondon do Pará é caracterizada por áreas de florestas tropicais, cerrados, campos e capoeiras. No território do Município está localizada a Reserva Indígena Nova Jacundá, que abriga índios do grupo Guarani Mbya.

Os rios mais importantes do município são: Rio Ararandeuá, Rio Pebas (os dois margeiam o município), Rio Santa Lúcia, Rio Mutum, Rio do Garrafão, Rio Pitinga, Rio do Guarani, Rio Água Azul e o Rio do Ouro único nascido no território. Além de possuir os córregos do Marcelino, Piau, Córrego do Meio, Córrego do Cristal e Córrego do Tracoá onde se localiza a jazida de bauxita do Projeto Alumina Rondon.

Quanto ao relevo o município apresenta áreas dissecadas, colinas, ravinas e vales, além de colinas tabulares, bem como extensa área de erosão. Os tipos de solos mais encontrados são os latossolo amarelo, latossolo vermelho e concrecionários lateríticos com fertilidade considerada razoável.

Seu território com cerca de 8.246.394 mil km². A leste, predominam os distritos de Palestina (Km 69 e 70) a 17 km do centro, Vila da Paz (km 56) a 30 km, Santa Helena a 20 km. Ao norte, localiza-se a principal vila do município, Santa Lúcia, chamada de "Jacu"

localiza-se a 52 km do centro da cidade via rodovia estadual não pavimentada. O noroeste se concentra grande parte dos distritos da cidade, como: Pitinga, Vila Gavião, Vila Mantenha, Vila Progresso, Jacuí, Vitória e diversos assentamentos.

O distrito administrativo, ou propriamente a cidade de Rondon do Pará, está dividida em quatro zonas estatísticas, são elas: Norte, Sul, Sudeste e Sudoeste.

Os bairros que compõem a zona norte são: Centro, Jardim Guanabara, Jardim Uberaba, Jardim Gusmão e Praça da Bandeira. Na zona sul são: Jaderlândia, Recanto Azul, Recantinho, Parque Elite e Parque Bela Vista. Na zona sudeste: Novo Horizonte e Jardim São Miguel e na zona sudoeste: Parque São José e Miranda.

Nos seus respectivos distritos, existem sub-divisões peculiares, denominadas geralmente pelos rios, igarapés ou córregos que banham a região, é que determina o nome de vicinais e regiões habitadas na zona rural de Rondon do Pará. Os principais são: Córrego dos Pebas, Córrego dos Martírios, Garrafão, Santa Lúcia, Rio do Ouro, Mantenha, Surubijú, Mutum, Puraqué, Piranha, Piabanha, Pacas, Córrego do Meio, Córrego do Cristal, Córrego Marcelino entre outros. Acerca de 1,5 km do centro da cidade em direção ao sul logo está a divisa do Estado do Pará com o Maranhão.

O nosso município faz fronteira com os seguintes municípios: Ao norte com Goianésia, Ulianópolis; Leste com Dom Eliseu; Sul com Açailândia-MA, Vila Nova dos Martírios-MA; Cidelândia-MA; Centro Oeste com Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Marabá e Nova Ipixuna; Noroeste com Jacundá.

Rondon do Pará exerce sua predominância pelo fato de sua localização e prestação de serviços. Os produtos e serviços das fazendas, chácaras e sítios dessa região são absorvidas e administradas na sede do município pelas empresas madeireiras e laticínios presentes na cidade.

1.3 - Aspectos Populacionais

O município possui uma população estimada (IBGE/2014) de 49.476 habitantes, e uma densidade de 58,2 hab/km² e a população é formada basicamente de mineiros, capixabas, baianos, maranhenses, goianos, gaúchos, paraenses, etc. O adjetivo gentílico das pessoas nascidas em Rondon do Pará é Rondonense.

No que se refere à participação dos gêneros, conforme Tabela 1.1, a população rondonense é predominantemente masculina.

Quadro 1 – População, por homens e mulheres, segundo grupos de idade, para a região administrativa de Rondon do Pará, no ano de 2010.

Grupos Com Idade de	Rondon do Pará
---------------------	----------------

	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	2.103	2.102
5 a 9 anos	2.352	2.230
10 a 14 anos	2.481	2.537
15 a 19 anos	2.535	2.428
20 a 24 anos	2.360	2.284
25 a 29 anos	2.346	2.180
30 a 34 anos	2.110	1.840
35 a 39 anos	1.660	1.521
40 a 44 anos	1.548	1.354
45 a 49 anos	1.284	1.165
50 a 54 anos	1.004	849
55 a 59 anos	783	714
60 a 64 anos	568	514
65 a 69 anos	449	388
70 a 74 anos	314	235
75 a 79 anos	184	181
80 a 84 anos	97	103
85 a 89 anos	56	35
90 a 94 anos	30	21
95 a 99 anos	8	8
Mais de 100 anos	2	1
Total	24.274	22.690

Fonte: IBGE 2010

Ainda segundo o IBGE – 2010, e conforme a tabela 1.2 a estimativa é de que entre os anos de 1990 a 2010 a população de 5 a 20 anos atingiu seus índices máximos. Percebe-se que houve um período de crescimento populacional em idade escolar. Segundo o IBGE/2010 o município atende 84,1 das crianças de 04 a 17 anos.

Quadro 2 – Percentual populacional, conforme a faixa etária escolar, para o município de Rondon do Pará em relação ao ano de 1990 a 2010.

Anos	de 5 a 6 nos frequentando a escola	de 11 a 13 nos frequentando os anos finais do Ens. Fund. ou que já concluíram o fundamental	de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	de 18 a 20 anos com ensino médio completo
1991	35,76%%	24,70%	4,60%	5,64%
2000	52,87%	31,66%	12,91%	7,39%
2010	82,12%	71,92%	37,39%	21,36%

1.4 - Aspectos Sócio-Econômicos

No que se refere a economia do município pode-se destacar a do setor agrícola como as plantações de arroz (em casca), abacaxi, feijão (em grãos), mandioca, milho e soja no cultivo mecanizado empresarial (safra 2011/2012 em torno de 24 mil toneladas).

Uma das preocupações em relação ao município, é em relação as florestas nativas, antes principal fonte de matéria-prima usada na indústria local, a qual vem se esvaindo. No entanto, para sanar esse problema já ocorre o reflorestamento com cultivo de Paricá e Eucalipto, Rondon do Pará tem 04 (quatro) indústrias de laminados que produzem 5.000m³ de chapas de compensados, atualmente existem 1.500 hectares de áreas de florestas plantadas do município.

Já no setor da pecuária os rebanhos predominantes são suínos, equinos, ovinos, bubalinos e bovinos com mais de 300.000 cabeças.

Durante as décadas de 70 e 80, o município de Rondon do Pará era de difícil acesso, entretanto, a rodovia PA 70 denominada como BR 222 não era pavimentada. Hoje em melhores condições de acessibilidade é a via por onde chega-se ao município. A estrada do Surubijú e Martírio também é uma das vias de acesso ao município, esta por sua vez não é asfaltada.

Rondon do Pará conta com várias empresas de ônibus que fazem linha na região as quais são: Transbrasiliana e Expresso Açailândia uma vez que são as únicas que partem diariamente de Rondon do Pará com destino a Belém e Imperatriz-MA, respectivamente. Demais empresas como: São Geraldo, Guanabara e Medianeira passam também diariamente no município.

Na área da saúde o município conta com 6 postos de saúde na zona urbana e 7 postos de saúde na zona rural. Possui ainda uma unidade do SAMU e um Hospital Municipal com aproximadamente 30 leitos, o qual atende pacientes de toda a região vizinha, incluindo pessoas do Estado do Maranhão.

No que se refere à distribuição setorial dos empregos formais em Rondon do Pará, o setor de indústria de transformação é predominantemente com a participação de 1.161 colaboradores. Em segundo lugar, está a agropecuária com 982 e em terceiro encontra-se o comércio com 816, como pode ilustrar a Tabela 1.3.

Quadro 3 – Remuneração média de empregos formais em 31 de dezembro de 2011.

Setores IBGE			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
1 - Extrativismo Mineral	629,46	629,46	629,46
2 - Indústria de Transformação	670,17	664,81	667,49
3 - Serv Ind Up	2.114,10	1.646,13	2.020,50

4 - Construção Civil	714,93	564,20	707,00
5 - Comércio	826,99	781,07	807,63
6 - Serviços	1.551,36	1.040,89	1.257,25
7 - Administração Pública	1.359,69	1.393,81	1.383,20
8 - Agropecuária	748,60	609,80	741,81
Faixas Etárias			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
2 - 15 a 17 anos	446,18	703,25	638,98
3 - 18 a 24 anos	706,98	746,78	717,60
4 - 25 a 29 anos	8,4,61	887,43	829,65
5 - 30 a 39 anos	874,87	1.114,87	958,54
6 - 40 a 49 anos	925,09	1.422,16	1.129,37
7 - 50 a 64 anos	970,66	1.375,04	1.121,48
8 - acima de 65 anos	615,63	1.278,21	739,86

Fonte: RAIS / MTE

Ainda segundo o aspecto econômico e conforme o quadro 4 demonstra o produto interno bruto (PIB) do município de Rondon do Pará referente as principais atividades econômicas que mais geram empregos.

Quadro 4 - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)

Variável	Rondon do Pará	Pará	Brasil
Agropecuária	71.718	3.157.179	105.163.000
Indústria	31.888	11.695.676	539.315.998
Serviços	155.461	20.439.321	197.774.001

Fonte: IBGE

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) como ilustra a tabela 1.5 demonstra a situação referente aos componentes relacionados à educação, seguidos da renda e por fim a longevidade.

Quadro 5 – Índice de Desenvolvimento Humano de Rondon do Pará.

Índice de Desenvolvimento (IDH)	1991	2000	2010
IDH – M	0,392	0,461	0,602
IDH – I longevidade	0,637	0,696	0,788
IDH – E educação	0,166	0,239	0,457
IDH – R renda	0,569	0,590	0,606

Fonte: IBGE

1.5 - Aspectos Culturais e Desportivos

Rondon do Pará por ser uma cidade de misturas de raças das mais diversas regiões do país, as culturas advindas juntaram-se as mais variadas expressões culturais do Norte, dificultando uma identidade cultural única, podemos dizer que nossa cultura é a mistura do folclore nacional, da dança, da dramaturgia, da poesia, das artes plásticas e dos artesões.

A cultura do povo rondonense é muito forte no campo das artes cênicas, das esculturas e da musicalidade das canções de seus compositores. No que se refere as várias manifestações culturais destacamos as de maior relevância: FECAR (Festival de Calouros de Rondon), a Festa do Aniversário da Cidade, as Festas Juninas e a festa de Nossa Senhora da Conceição Aparecida padroeira da cidade.

Quanto ao agronegócio o município realiza todos os anos no período de julho a Expor Rondon, um dos maiores eventos da região Norte. Hoje reconhecida como uma das mais importantes feiras agropecuárias do país envolvendo um público de aproximadamente 100 mil pessoas de todas as regiões do Pará e também de outros estados brasileiros como Maranhão, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Outro evento que fomentam a auto estima do povo rondonense é a “Cavalgada dos Amigos” como é chamada a qual ocorre também no mês de julho, reunindo mais de 500 participantes entre adultos, jovens e crianças com o objetivo de valorizar as raízes e disseminar a amizade e o companheirismo

Não podemos deixar de enfatizar alguns dos principais autores de obras literárias do município como: Dionísio Almeida, Deusdet Cordeiro Cintra, Rosa Maria Peres Lima, entre outros. Nas pinturas em “Telas” - Kiviane Dutra e Rosane Gonçalves; tecelante em cipó - Cida Guerra de Sousa e tecelagens com fio de algodão e bordados em crochê - Maria de Lourdes de Oliveira.

A comida rondonense é bastante influenciada pela comida mineira, baiana e capixaba, tendo assim uma mistura de vários sabores.

O município de Rondon do Pará tem se destacado também no esporte entre os mais praticados estão motocross, handebol, futsal, futebol de campo, ciclismo e o ultimate frisbee. O motocross é praticado em uma pista perto ao rio dos Garimpos e o outro evento esportivo praticado com motos e quadriciclos é a Trilha de Arrepio que acontece geralmente no mês de abril com a participação de trilheiros rondonenses, cidades do sul e sudeste do Pará e também de algumas cidades do maranhão acontecendo durante o evento a Festa da Trilha.

Um esporte que tem se destacado a nível nacional é o handebol, que já participou de vários campeonatos a nível estadual e nacional, em 2013 a equipe da EMEF Adolfo Soares de Moraes conquistou a medalha de Prata pela segunda divisão do Handebol feminino dos Jogos Escolares da Juventude que aconteceram na cidade de Natal no Rio Grande do Norte.

No ano de 2014 a equipe feminina e masculina foram os grandes vencedores da primeira etapa da fase regional dos Jogos Abertos do Pará.

Outra prática esportiva que tem crescido no município é o ciclismo, já temos uma delegação de ciclistas que participam de campeonatos em nosso estado e em estados vizinhos. Nos últimos anos tem acontecido o passeio ciclístico com a participação de crianças e adultos sob a organização e patrocínio dos comerciantes.

HINO DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ

Música: Raimundo A. dos Santos

Letra: Antônio S. de Alcântara

Quem pisar neste solo sagrado
E fitar os seus prados em flor
Há de certo ficar deslumbrado
Ante o seu natural esplendor

Liberal sempre foi e será,
Tão modesta, quão bela e gentil
Rondon é uma jóia do Pará,
Num recanto ideal do Brasil.

O seu povo laborioso integrado
No labor cotidiano aqui do Norte
É orgulho da cidade de Rondon
Por ser bom, por ser bravo e ser forte

Seja embora a batalha renhida
O Rondonense valente estará
Na defesa da Pátria querida
Dos rincões do Chuí ao Pará.

BRASÃO DO MUNICÍPIO



Símbolo que representa o município de Rondon do Pará, escolhido por representante do povo.

O Brasão traz no seu escudo símbolos da economia existentes no município de Rondon do Pará, o extrativismo animal: o gado; as riquezas vegetais: o milho, o arroz e a madeira.

A BANDEIRA



A Bandeira do município de Rondon do Pará, foi criada por alunos do Curso de Administração de Empresas (2º Grau) da Escola Estadual Dr. Dionísio Bentes de Carvalho. A mesma traz as cores branca, vermelha, azul, verde, no seu escudo o lema “LIBERDADE PARA TODOS”, o valor do gado na pecuária, o arroz e o milho na agricultura.

Esta bandeira foi escolhida por um júri titulado “Pavilhão do Município de Rondon do Pará”, permanecendo até a atualidade o seu uso nos setores educacionais, cívicos, judiciais e outros.

II – Educação em Rondon do Pará

2.1. Histórico da Educação

A educação brasileira é um marco importantíssimo para toda a sociedade, sendo um direito universal que surgiu e evoluiu a partir de rupturas que contribuíram para favorecer a transmissão cultural e o desenvolvimento intelectual do país.

A primeira grande ruptura travou-se com a chegada dos portugueses ao território do novo mundo. Os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, porém sabe-se que as populações que por aqui viviam já possuíam características próprias de se fazer educação e estas não se igualariam ao modelo europeu.

Os jesuítas foi quem trouxeram a moral, os costumes, a religiosidade europeia e os métodos pedagógicos. Este método funcionou por um período de 210 anos, de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marca a história da Educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal. Essa nova ruptura provocou um caos no modelo de educação instituído, assim somente com a vinda da família real é que a situação foi reorganizada, abriu-se Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a iniciativa mais marcante que foi a Imprensa Régia.

Com todas essas rupturas a educação brasileira ainda continuou a ter uma importância secundária, e até os dias de hoje, muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo.

Em 1930 com a criação do Ministério da Educação um novo olhar foi dado a educação brasileira. Surgiram decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes.

Em 1932 um grupo de educadores lança a nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época.

Em 1934 a nova constituição dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrado pela família e pelos Poderes Públicos.

Na década de 90 a educação brasileira deu um enorme salto. Com as propostas do Banco Mundial para a educação e a criação do FUNDEF, um novo cenário se instalou. De certa forma as mudanças ocorridas serviram para o desenvolvimento de um cenário na Educação Brasileira.

Com nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, se constituiu uma importante tentativa de conciliação das finalidades da educação brasileira. Não obstante à grande mobilização política da sociedade em torno da criação de uma escola pública democrática de qualidade e de acesso amplo e irrestrito ao conhecimento. No entanto,

no que diz respeito à qualidade não houve grandes avanços. Uma prova disso se observa na avaliação realizada em 2002 que mostrou que 59% dos estudantes que concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental não sabiam ler e escrever. Com esse resultado é visível que o desafio a ser enfrentado é a busca ao acesso e permanência com sucesso nas escolas brasileiras. Dessa forma se faz necessário o estabelecimento de metas para que seja alcançada a qualidade por excelência do ensino básico. Ressaltando que em 2008 o governo Federal lançou o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, visando melhorar a qualidade de Educação Básica no país.

No município de Rondon do Pará a educação deu início no ano de 1969, a partir da iniciativa de um grupo de engenheiros, chefiados pelo Dr. Camilo Martins Viana e alguns moradores do local que se reuniram e construíram a 1ª escola. Na época o desenvolvimento era pequeno, pois o lugar era um vilarejo, administrado pelo município de São Domingos do Capim que dava pouca assistência ao local. Foi construído um barraco de madeira e feito um contrato de uma professora de Castanhal que era paga pelos funcionários do Departamento de Estradas e Rodagem. Embora precariamente, iniciava ali o desenvolvimento educacional do município. A igreja católica representada pelo Padre José Fontanella e a Prefeitura de São Domingos do Capim organizaram a educação no município. Até então o nome da instituição de ensino era desconhecido, recebendo vários nomes como: Escola Isolada, Nossa Senhora de Aparecida.

A primeira diretora era Irmã Maria de Jesus de São Domingos do Capim. Administrada pela Secretária Municipal de Educação a Sr.ª Ercília de Oliveira.

A escola não tinha um local próprio, funcionava na Igreja Católica, em barracos e algumas vezes em residências. Os alunos acomodavam-se em bancos e até mesmo no chão, isso tudo devido o difícil acesso até a nossa comunidade.

Em 1973, o Padre José Fontanella com a ajuda da comunidade construiu seis salas de aulas nomeando a Sr.ª Maria Lei Miranda como Diretora. Com esta decisão do Padre José Fontanella o poder público Municipal e Estadual tornaram mais fácil à aquisição de material tornando assim realidade a implantação e autorização da escola. Desde então vários administradores continuaram a mesma luta.

Em 1974, a Escola foi inaugurada com o nome de Dr. Dionísio Bentes de Carvalho. A política educacional da época dava ênfase aos valores patrióticos e ao preparo da força de trabalho para o mercado produtivo.

A escola ofertava Ensino Fundamental e Médio nos cursos Técnico de Administração e Magistério e era ligada a rede Estadual de Ensino.

Com o crescimento populacional outras escolas foram construídas para atender a demanda. Em 17 de abril de 1977 foi criada a Escola Municipal Dom Pedro I, na época a escola funcionava em sala provisória da Igreja Católica, sendo uma turma pela manhã e outra multisseriada (1ª a 4ª série juntas). Devido a documentação, a escola era vinculada à Escola

Estadual Dr. Dionísio Bentes de Carvalho. Somente em 1978 passou a ter prédio próprio localizada à rua Gonçalves Dias, S/N com duas salas de aula, uma secretaria, uma cozinha e dois banheiros. Tendo como diretora a senhora Maria Ednalva Veiga Neves. Em 1979, em virtude da demanda inicia-se a Educação Infantil na Escola Estadual de 1º Grau Dr. Dionísio Bentes de Carvalho. Em seguida criaram também a Escolinha da Vovó e a Escola Marechal Rondon ambas de iniciativa privada.

Em 1982 deu início ao Projeto Gavião na Escola Dom Pedro I. O curso era uma formação a nível de capacitação de 1º grau. Nesse mesmo ano foi implantada a 5ª, 6ª e 7ª série do Ensino Fundamental e em 1984 a 8ª série também na Escola Dom Pedro I. Em 1983 teve início no município o Ensino Médio público na Escola Francisco Nunes com os cursos de administração e magistério. Em 1985 esta mesma escola implantou também a pré-escola.

O processo educacional na cidade começou a acelerar em função de seu desenvolvimento. A cidade recebia pessoas das diversas regiões do país e precisava se adequar para ofertar educação para todo esse povo que havia escolhido Rondon do Pará para morar e construir seu futuro.

A preocupação dos governantes da época era oferecer uma educação voltada para o mercado de trabalho e a formação para a cidadania. Porém havia muitas dificuldades como baixos salários, professores leigos, salas de aula superlotadas, estrutura física das escolas inadequadas, faltava material didático, acompanhamento pedagógico inexistente, enfim, não havia equipe pedagógica para orientar e acompanhar o processo de ensino aprendizagem nas escolas, todo o trabalho era centrado na figura do Diretor que muitas vezes se sobrecarregava e não conseguia colaborar com o fazer pedagógico.

Com a criação da Diretoria de Ensino em 1999 no governo do Prefeito Municipal Matildo Dias o processo educativo passou a ter um novo horizonte. Formou-se uma equipe técnica pedagógica que muito contribuiu para o avanço da educação em Rondon do Pará. Foi criado também o Setor de Estatística para a análise dos dados de desempenho dos alunos. As escolas passaram a ter um coordenador pedagógico para orientar e acompanhar o processo de ensino aprendizagem. No início houve muita resistência por parte de alguns professores que não aceitavam os pedagogos, mas com o passar dos anos a situação mudou e os coordenadores e professores passaram a trabalhar juntos por um mesmo objetivo. A Professora Especialista Eneilza Hartuique Rodrigues coordenava a Diretoria de Ensino, contudo a Secretária de Educação Carlota Soares contratou uma equipe pedagógica formada por Regina Pantoja, Maria Rozete Alexadrino de Moraes, Aldnély Pinto Tavares, Paula Francinete, Jandira, Noeme Reis Cangussú, Leila Rodrigues e Maria de Fátima Moura.

A partir da implantação do Fundoescola nas escolas do município houve uma melhoria na estrutura física das escolas, pois com o PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola, foram elaborados projetos de melhoria tanto na estrutura física quanto na pedagógica.

No que se refere à formação docente, muitas capacitações cursos e convênios para graduação aconteceram no município no período de 1994 a 2008, dentre eles o curso de Letras, Geografia, Matemática e Pedagogia pela UFPA e Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal do Pará -UFPA; História, Biologia e Pedagogia pela UVA, Gestão Pública e Matemática pela UNAMA e Pedagogia pela UEPA. Todos estes cursos tinham como finalidade maior investimento na formação dos docentes rondonenses que na sua maioria só possuíam nível médio em Magistério e pela exigência da lei para atuar na Educação Básica onde o educador precisa ser licenciado na área específica de sua atuação. Assim os governantes da época, Moises Soares de Oliveira e Edilson Oliveira firmaram um convênio com estas instituições adquirindo determinados números de vagas para atender a demanda municipal.

Verifica-se que com esta iniciativa houve uma melhoria significativa no nível de formação dos educadores rondonenses, pois 90% dos professores do município passaram a ter nível superior e conseqüentemente melhorou o desenvolvimento da educação em Rondon do Pará.

Novas estruturas educacionais foram construídas no município, no ano de 1994 foi criada através da Lei Municipal nº 275/94 o Conselho Municipal de Educação pelo prefeito Moises Soares de Oliveira que não funcionou na prática. Somente em 2001 o CME foi revitalizado por iniciativa da Secretária de Educação Rosa Peres Lima. Novo processo foi feito e em novembro de 2003 foi aprovado a lei de Reestruturação do Conselho Municipal de Educação, a partir de então o CME passou a exercer sua função de órgão orientador, fiscalizador e norteador do Sistema Municipal de Ensino. No mesmo ano foi criado o Sistema Municipal de Ensino e o Departamento de Inspeção e Documentação Escolar.

A primeira eleição para diretor de escola aconteceu no ano de 2005, em cumprimento a Lei Municipal nº 432/2003, iniciava-se então a gestão democrática nas Escolas do Município, esse movimento envolveu toda a comunidade e desencadeou novos paradigmas na educação rondonense. Atualmente a lei foi revogada através da Lei Municipal Nº 623/2010 que retira o processo de eleição para gestor escolar da Rede Municipal de Ensino.

2.2. Perfil e Funcionamento da Educação no município de Rondon do Pará

O município de Rondon do Pará localizado às margens da BR 222, com uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, vem a cada dia se desenvolvendo em vários setores. Na educação o momento é de muitos avanços, em virtude do desenvolvimento tecnológico e projetos educacionais oferecidos pelo MEC, que contribuem para o crescimento educacional do município.

Dessa forma, a Educação Básica na cidade vem sofrendo transformações significativas, com o intuito de ampliar cada vez mais o leque de conhecimento da população rondonense. Apesar desta ampliação na área educacional observa-se ainda a falta de uma

transição contínua e processual, fator primordial para a minimização da evasão escolar e do baixo rendimento escolar nas unidades de ensino.

O município de Rondon do Pará vem buscando garantir uma estrutura adequada para atender a demanda nos vários níveis e modalidades de ensino, no entanto, percebe-se que o número de escolas ainda não é suficiente para atender a população em idade escolar.

A rede municipal de ensino possui os seguintes indicadores demográficos:

Tabela 1 - Diagnóstico Geral do Perfil e Funcionamento da Educação no Município por Estabelecimento de Ensino e Dependência Administrativa.

Nível e Modalidade de Ensino	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA															
	Municipal				Privada				Estadual				Federal			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Educação Infantil	10	09	09	13	07	06	05	05	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundam.	34	30	31	29	08	07	06	07	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Especial	01	01	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos	02	02	03	02	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	01	01	-	02	01	01	01	01	-	-	-	-
Ensino Superior	-	-	-	-	01	01	01	01	-	01	01	01	01	01	01	01
Total	47	42	42	45	17	15	12	15	01	03	02	02	01	01	01	01

O ensino médio, por sua vez, de incumbência do Estado, funciona com cursos a nível regular e na modalidade EJA em três turno na Escola Dr. Dionísio Bentes de Carvalho e anexo na Escola Padre José Fontanella no turno noturno. Possui uma equipe técnica pedagógica que junto com a gestão coordena o trabalho didático. Os docentes são todos graduados e especialistas na área que atuam.

O ensino médio em Rondon do Pará tem enfrentado muitos problemas referentes a evasão escolar. As constantes greves têm prejudicado o andamento do processo de ensino aprendizagem. Isso tem feito com que nossos jovens não avancem nos estudos e desista de estudar. Algumas medidas tem sido adotada pelo governo estadual para minimizar a situação, como: o pacto pela educação e projetos como o Jovem de Futuro e o Entre Jovens, mas devido ao alto índice de reprovação e evasão escolar no ensino médio, o município deverá assegurar metas e ações específicas para tentar minimizar o quadro do nível médio no município.

Na rede privada o ensino médio atende um número menor de alunos comparados a rede pública. Isso de certa forma ilustra que a demanda maior se concentra na escola estadual com o total de 1.795 alunos matriculados no ano de 2012.

No que se refere ao ensino Superior no município, temos hoje 04 instituições funcionando no mesmo núcleo: UFPA, UEPA, IFPA e para 2014 UNIFESSPA com 02 cursos, Administração e Ciências Contábeis.

Os profissionais que ministram aulas nos cursos das referidas instituições são oriundos da capital Belém. Os cursos acontecem em períodos de férias e são assistidos pela coordenadora do Núcleo Universitário.

Muitos desafios ainda são postos para a concretização do Ensino Superior em nossa cidade, tendo em vista seu caráter tardio no Brasil, a falta de políticas públicas que viabilizasse vagas o suficiente para os cidadãos brasileiros. O sonho de cursar uma faculdade foi se distanciando principalmente da população mais carente. Recentemente esse sonho voltou a ser sonhado por jovens que almejam novos rumos, com a expansão de cursos de graduação em todo o país e o ingresso através não só de vestibulares mas também Enem e cotas que propiciam uma porta de passagem ao nível superior.

Rondon do Pará não é diferente, muitos jovens ainda se deslocam para outras localidades em busca da realização do sonho de possuir um curso superior obtendo assim melhores condições de trabalho e ascensão profissional, no entanto aqueles que não possui condições financeiras para custear seus estudos, ficam no município a espera de uma oportunidade para dar continuidade aos estudos.

Recentemente com esforços e empenho de várias gestões, Rondon do Pará foi contemplada com mais uma Universidade a UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará, que iniciou em 2014 com os cursos de Administração e Ciências Contábeis, sem dúvida essa conquista trará grandes benefícios para a população rondonense que visa uma formação a nível superior, bem como qualidade de vida.

Neste sentido é possível afirmar que a Educação Básica e Superior no município tem desenvolvido consideravelmente, mas ainda há muito a se fazer para garantirmos efetivamente a população o acesso e permanência nos diferentes níveis da educação, através da expansão e reestruturação das escolas e universidades municipais buscando apoio técnico e financeiro do governo federal. Dessa forma fortalecer a formação da população pela ampliação da proporção de cidadãos escolarizados e com nível superior, pós graduação, mestrado e doutorado no município.

Tabela 2 - Demonstrativo da Matrícula por Nível e Modalidade de Ensino nos últimos 04 (quatro) anos no meio urbano e rural:

Nível e Modalidade de Ensino	Meio Urbano								Meio Rural							
	Matrícula Inicial				Matrícula Final				Matrícula Inicial				Matrícula Final			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Creche	430	363	409	260	381	328	296	247	19	16	-	-	16	12	-	-
Pré-escola	1115	1208	1265	1144	972	1134	1138	929	91	166	177	149	17	157	100	142
Ens. Fundam. De 9 anos	892	1610	2225	3002	802	1508	2203	2518	171	337	467	755	165	307	475	555
Ens. Fundam. – 1ª a 4ª série	3110	2153	1328	527	3618	1643	1101	454	880	556	467	145	1052	556	324	134
Ens. Fundamental – 5ª a 8ª série	3170	3264	3022	2838	3025	2741	2914	2613	507	533	510	504	507	533	507	460
Educação de Jovens e Adultos	450	417	613	442	277	260	267	235	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Especial	105	85	72	134	61	62	68	122	02	02	04	07	02	02	04	07
Ensino Médio	1725	1807	1835	1859	1354	1824	1362	1353	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10997	10907	10769	10206	1415	1886	1430	1475	1670	1610	1625	1560	1759	1567	1410	1298

Tabela 2.1 - Demonstrativo de alunos fora da escola em Rondon do Pará.

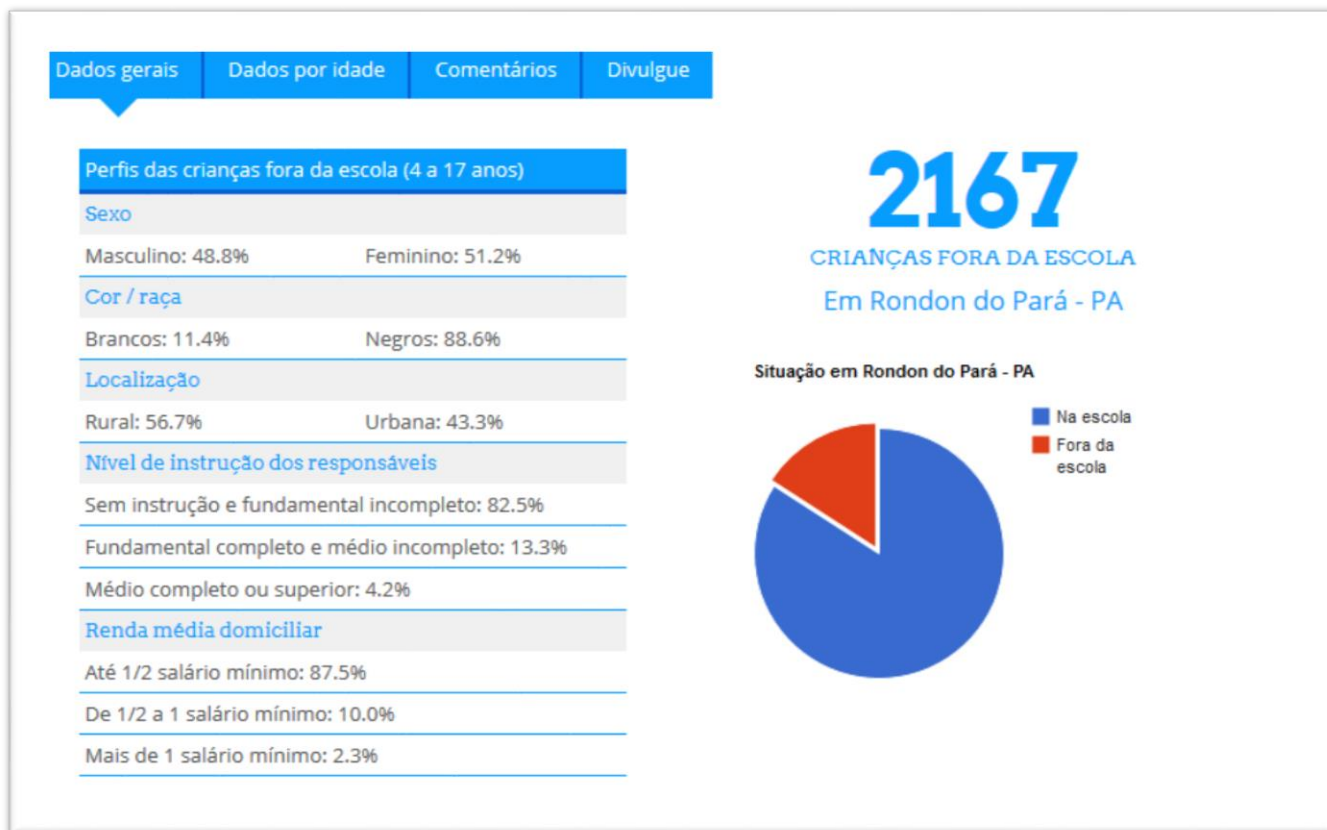
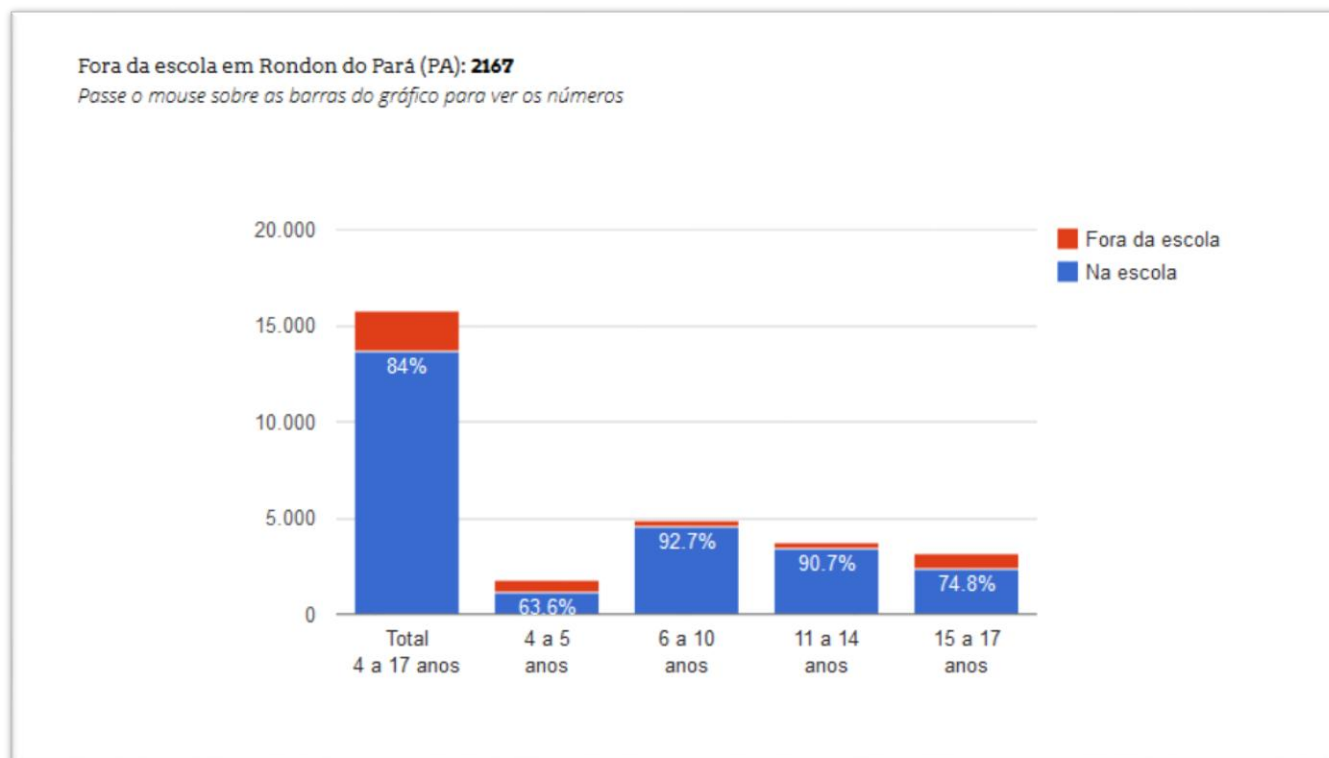


Tabela 2.2 – Gráfico demonstrativo de alunos fora da escola em Rondon do Pará:



Quadro 6 – Demonstrativo da população residente em Rondon do Pará, por faixa etária - 6 a 17 anos, que estão fora da Escola:

GRUPO DE IDADE – RONDON	QUANTIDADE FORA DA ESCOLA
4 a 5 anos	661
6 a 10 anos	358
11 a 14 anos	348
15 a 17 anos	798

2.3 Conselho Municipal de Educação de Rondon do Pará

Conforme determina a Constituição Federal da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do município de Rondon do Pará, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Conselho Municipal de Educação de Rondon do Pará foi criado através da Lei Municipal nº 275/94 em 24 de maio de 1994, pelo Prefeito Municipal Moisés Soares de Oliveira. Durante o período de 1996 a 2001 esteve com suas funções paralisadas, no entanto no ano de 2001 a então Secretária Municipal de Educação Profª. Rosa Peres concebendo a importância deste conselho iniciou o processo de revitalização. Assim em 13 de novembro de 2003 foi aprovada a Lei de Reestruturação do C.M.E., a partir deste período foram estruturadas as Câmaras de Legislação e Normas, Ensino Fundamental e Educação Infantil.

O Conselho Municipal de Educação é um órgão normativo, consultivo, propositivo, fiscalizador, normatizador e deliberativo do Sistema Municipal de Educação. É composto da representação do Poder Público (SEMEC e Poder Executivo Municipal vinculados à SEMEC) e de entidades e Instituições (SINTEPP e de Instituições Públicas de Ensino, de Instituições Privadas de Ensino e de Pais de Alunos matriculados no Estabelecimentos de Ensino).

O Conselho Municipal de Educação juntamente com a SEMEC já organizou 04 Conferências Municipais de Educação onde são analisados assuntos do âmbito educacional e elaboradas propostas que visam ampliar o desenvolvimento da educação municipal.

Em 23 de maio de 2012 foi aprovada a Lei nº 646/2012 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 433/2003 e também foi homologado pela Prefeita Municipal a alteração do Regimento do C.M.E.

Assim, este conselho ao longo dos anos tem considerado as orientações legais de âmbito nacional e estadual e também tem buscado atuar com respeito à coletividade, pautando seu trabalho com seriedade e coerência com a legislação educacional em vigor.

2.4 VISÃO ESTRATÉGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VALORES

- **Qualidade:** Garantia de eficiência e eficácia em todos os serviços educacionais oferecidos aos nossos clientes.
- **Inovação:** Busca de soluções criativas e ágeis através de ações empreendedoras aos desafios da organização.
- **Ética:** Compreensão do conceito de justiça baseado na equidade, assumindo atitudes e posições de respeito e probidade na gestão da educação.

VISÃO DE FUTURO

Seremos uma Secretaria moderna, dinâmica e inclusiva que assegure uma escola de qualidade para a formação do aluno cidadão, contribuindo para autonomia e otimização do processo ensino aprendizagem, caracterizada por ações humanitárias, democráticas, éticas e empreendedoras.

MISSÃO

Desenvolver políticas educacionais consistentes, fortalecendo os órgãos do Sistema Municipal de Ensino para executar ações com foco no aluno, satisfazendo as necessidades de aprendizagem para construção da cidadania e inclusão social.

III – NÍVEIS DE ENSINO

3.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Diagnóstico

A educação Infantil em Rondon do Pará surgiu em 1979 na Escola Estadual de 1º grau Dr. Dionísio Bentes de Carvalho com uma turma da Pré-escola sob a regência da Professora Selma Maria Estevam. No início dos anos 80 surgiram através da iniciativa privada das freiras da Igreja Católica a Escolinha da Vovó e na Escola Marechal Rondon foram abertas turmas do Programa Legião da Boa Vontade com turmas do casulo e pré-escola ambas atendendo alunos a partir dos 04 (quatro) anos de idade.

No ano de 1985 foram abertas duas turmas do Pré-Escolar na Escola Municipal de 1º grau Dom Pedro I e conseqüentemente no ano de 1988 foi aberta a primeira Creche Municipal por nome Arco-Íris organizada pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social que atendia crianças de 03 a 06 anos. Em 1989 foi aberta a Creche Pequeno Polegar. A partir desse período outras creches foram criadas como a Mundo Mágico do Amor funcionando no prédio da Associação de Moradores de Rondon do Pará e também a Creche Pequeno Príncipe no Bairro Miranda.

Da iniciativa privada foram surgindo escolas que também atendiam a Educação Infantil como: Escola Roda Viva, Escola Dirce Coelho (Dó-se-arte), Escola Sorriso de Criança, Escolinha Pingó de Gente, Escola Pré-Infância e Escola Modelo.

Estrutura Organizacional e Pedagógica da Educação Infantil

Com a aprovação da LDBEN 9394/96 em seu artigo 21. Inciso I. que diz:

“A educação escolar compõe-se de:

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.”

A Educação Infantil passa a ser de responsabilidade dos Sistemas Estaduais e Municipais de Ensino. Entretanto, só em 2003 o município de Rondon do Pará através da aprovação da Lei Municipal nº 431/2003 cria o Sistema Municipal de Ensino assumindo assim a Educação Infantil. Mesmo com a legalidade da ação pois segundo a LDB o prazo já estava extrapolado, essa responsabilidade assumida por parte da Secretaria Municipal de Educação não foi fácil, pois foi necessário alugar novos prédios,

ampliar e estruturar as instalações dos prédios doados pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social e também dos prédios alugados.

Nesse período observou-se que o quadro de funcionários que atendiam esse nível de ensino não era suficiente, levando a Prefeitura Municipal de Rondon do Pará a abrir vagas no Concurso Público Municipal para professores de Educação Infantil e aumentando o número de vagas para o pessoal de apoio. Grande parte desses professores tinham apenas o magistério e outros o Ensino Médio Científico, a SEMEC ao verificar essa situação e procurando obedecer o determinado pela LDB sobre a Década da Educação fez parceria com a Universidade Federal do Pará e a Universidade Estadual do Pará que ofertaram cursos na área de Educação como Pedagogia e Licenciatura Plena em Pré-Escolar e de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, qualificando os educadores à atuarem nesse nível de ensino.

A SEMEC em 2006 criou a Coordenação Geral da Educação Infantil, com uma Pedagoga para auxiliar as coordenações das escolas e conseqüentemente os professores.

Quanto a evasão, nesse nível de ensino existe um grande número de alunos que se evadem da escola antes do término do ano letivo, sendo um dos motivos a mudança de residência para outras cidades e estados.

Tabela 3 - Demonstrativo geral das matrículas na Educação Infantil, por dependência administrativa no município de Rondon do Pará nos últimos 05 (cinco) anos.

Ano	Municipal	Privada	Total
2009	2.203	267	2.470
2010	1.555	196	1.751
2011	1.544	193	1.737
2012	1.560	186	1.746
2013	1.185	226	1.411

O atendimento às crianças do município de Rondon do Pará na Educação Infantil na rede pública municipal tem sido dos 03 aos 06 anos de idade. A creche atende alunos em turno parcial com 03 anos de idade e a pré-escola alunos de 04 a 06 anos, tendo um número maior de alunos nessa faixa etária. Contudo, depois da aprovação da Lei Federal nº 11.274/2006 que cria o Ensino Fundamental de Nove Anos, o número de alunos da Pré-escola reduziu fazendo com que tanto as escolas públicas ou privadas aumentassem mais o número de turmas do maternal.

Tabela 4 - Demonstrativo das Escolas da Educação Infantil por número de alunos, docentes e alunos especiais inclusos na esfera municipal – Zona Urbana nos anos 2009 a 2013 (Creche e Pré-escola).

Nº	Escolas / Área Urbana	Nº de Alunos				Nº de Docentes				Alunos Especiais Inclusos			
		2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
01	EMEI Arco Íris	192	244	246	240	11	13	13	14	01	01	-	02
02	EMEI Pequeno Príncipe	212	146	117	200	12	09	09	12	01	-	01	-
03	EMEI Pequeno Polegar	408	416	392	398	17	20	20	19	01	-	01	04
04	EMEI Mundo Mágico do Amor	211	188	236	188	12	08	08	07	-	-	02	01
05	EMEI Sorriso de Criança	265	216	206	159	12	09	09	07	01	03	01	01
06	EMEI Cantinho do Saber	88	106	135	-	06	07	07	-	-	-	01	-
07	EMEF Conceição Tavares	-	19	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
Total		1376	1335	1332	1185	70	67	66	59	04	04	06	08

Na zona rural do município não existem escolas de Educação Infantil, mas sim escolas de Ensino Fundamental que atendem turmas de alunos da Educação Infantil, destas oito são anexas a E.M.E.I. Pequeno Polegar localizada na zona urbana.

A tabela a seguir apresenta o número de escolas, de alunos, docentes e alunos especiais inclusos na Zona Rural do município.

Tabela 5 - Demonstrativo das Escolas da Educação Infantil por número de alunos, docentes e alunos especiais inclusos na esfera municipal – Zona Rural -Creche e Pré-escola.

Nº	Escolas / Área Urbana	Nº de Alunos				Nº de Docentes				Alunos Especiais Inclusos			
		2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
01	EMEF Duque de Caxias	19	17	-	-	01	01	-	-	01	-	-	-
02	EMEF Vasco da Gama	72	77	55	44	03	03	03	02	-	-	-	-
03	EMEF Pe. José de Anchieta	19	20	32	27	01	01	02	02	-	-	-	-
04	EMEF Bom Fim	09	10	11	07	01	01	01	01	-	02	-	-
05	EMEF Campo Dourado	-	-	42	-	-	-	02	-	01	-	-	-
06	EMEF Eldorado	07	-	13	-	01	-	01	-	-	-	-	-
07	EMEF Força União	-	09	11	08	-	01	02	01	-	-	-	-
08	EMEF Haéliton Andrade	17	12	09	13	01	01	01	01	-	-	-	-
09	EMEF Monte Carvalho	22	15	18	21	-	01	01	01	-	-	-	-
10	EMEF Nova Mantenha	-	17	22	18	-	01	01	01	-	-	-	-
11	EMEF Renascer	13	10	07	-	01	01	01	-	-	-	-	-
12	EMEF Vera Cruz	-	22	08	11	-	01	01	01	-	-	-	-
Total		178	209	228	149	09	12	16	10	02	02	-	-

A rede privada oferta a educação infantil com turmas do maternal à pré-escola e apenas uma com o Berçário, sendo todas localizadas na zona urbana.

Tabela 6 - Demonstrativo das Escolas da Educação Infantil por número de alunos, docentes e alunos especiais inclusos na esfera municipal - Zona Urbana - Rede Particular (Creche e Pré-escola).

Nº	Escolas / Área Urbana	Nº de Alunos				Nº de Docentes				Alunos Especiais Inclusos			
		2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
1.	Centro Educ. Profª Dirce Coelho	12	12	08	08	01	01	01	01	01	01	-	-
2.	Complexo Educ. Pingo de Gente	23	34	41	54	02	03	03	03	-	-	-	-
3.	Escola Modelo	14	14	15	34	01	01	01	02	-	-	-	-
4.	EEIEF Raio de Luz	58	67	59	59	04	05	05	05	01	-	-	-
5.	EEI Frutos de Sião	46	52	63	71	04	05	05	06	01	-	-	-
6.	Centro Educacional Moderno	08	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-
7.	E. E. I. e Fund. Pré-Infância	34	14	-	-	02	01	-	-	-	-	-	-
	Total	196	193	186	226	16	19	10	17	03	01	-	-

Diretrizes

A Constituição Federal implementa como dever do Estado “o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (art. 208, IV) e estabelece a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Esta é uma conquista que muda definitivamente o teor do atendimento a infância no Brasil. A partir daí tanto a creche quanto a pré-escola são incluídos na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica e não mais assistencialista.

Assim a LDB (lei 9394/96) determina que a educação infantil seja oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos e na Pré-escola para criança de 4 a 6 anos, garantindo o seu desenvolvimento integral nos aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Muitos avanços aconteceram na Educação do país um deles foi a elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em 1998, um documento orientador de ações na busca da melhoria de qualidade da educação infantil brasileira, subsidiando os sistemas educacionais na elaboração ou implementação de programas curriculares condizentes com suas realidades e singularidades.

O Conselho Nacional de Educação através da Câmara de Educação Básica aprovou a Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil dos Sistemas Nacionais de Ensino, para

orientar as políticas públicas na área de elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

As diretrizes tornam obrigatória o atendimento na Educação Infantil de Crianças de 0 a 5 anos de idade, orientando um currículo que busque articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.

Como vemos as discussões sobre a política educacional na educação infantil tem acontecido não só por parte do MEC, Conselho Nacional de Educação, mais também nas Universidades, nos Centros de Pesquisa em Educação e nos próprios Sistemas de Ensino tanto estaduais como municipais.

Recentemente foi aprovada a Lei nº 12.796 que faz as alterações de artigos e incisos da Lei nº 9394/96, artigo 31, inciso IV – diz que “o controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar exigida a frequência mínima (sessenta por cento) do total de horas.” Observa-se que a Educação Infantil ao longo dos anos tem passado a ser vista como necessário para o avanço no desenvolvimento educacional das crianças.

Metas e Estratégias

Meta 01 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta da Educação Infantil em creches em tempo integral ou parcial de forma a atender, no mínimo 30% (trinta por cento) das crianças de 0 a 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias

1. Construir escolas de Educação Infantil em regime de colaboração entre União, Estado e Município, para atender a demanda de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos no município;
2. Garantir profissionais como: Psicólogos, Nutricionistas, Pedagogos e Psicopedagogos, Assistentes Sociais, técnico de enfermagem e fonoaudiólogo que atendam as Escolas de Educação Infantil;
3. Reformar, ampliar e adequar os prédios escolares da rede municipal das instituições de educação infantil do município de Rondon do Pará, visando sobretudo garantir a qualidade de ensino, assim como a segurança dos alunos no âmbito escolar com orientação da defesa civil;

- 4.** Assegurar em regime de colaboração a qualificação de professores da Educação Infantil com formação continuada;
- 5.** Assegurar à todas as unidades de Educação Infantil da rede municipal de ensino o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias atendidas e às necessidades do trabalho educacional;
- 6.** Garantir em parceria com os entes federados, merenda escolar de qualidade para todas as crianças da rede municipal de ensino, sendo no mínimo duas refeições em cada período;
- 7.** Estimular o desenvolvimento da cultura artística nas instituições de educação infantil do município;
- 8.** Coordenar e acompanhar a elaboração das propostas pedagógicas das escolas de educação infantil da rede municipal de ensino, conforme art. 4 da Resolução nº 5 de 17/12/2009 - CNE que fixam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil;
- 9.** Assegurar que a avaliação na Educação Infantil seja feita por meio do acompanhamento sistemático, do registro do desenvolvimento da criança sem objetivos de promoção, mesmo que seja para o acesso ao Ensino Fundamental;
- 10.** Disponibilizar um auxiliar para o professor com alunos portadores de necessidades especiais;
- 11.** Garantir um profissional por escola para auxiliar os professores no atendimento às crianças no espaço externo a sala de aula;
- 12.** Elaborar, implantar, implementar e avaliar a proposta curricular para a Educação Infantil que respeite a cultura do campo e a diversidade étnico racial, ambiental e das características humanas biológicas, bem como o ritmo, as necessidades e especificidades das crianças com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação;
- 13.** Garantir a presença do instrutor de Libras, do professor de Braille, do Auxiliar do professor e Equipe Multiprofissional às escolas de Educação Infantil;
- 14.** Cumprir as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil, a Política Nacional e demais legislações, políticas, programas e projetos favorecedores do processo educacional das crianças;

- 15.** Inserir no processo formativo das crianças, elementos favorecedores da cultura da paz, do campo artístico e estético, do cuidado com o meio ambiente, da solidariedade, da ética e da justiça;
- 16.** Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
- 17.** Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
- 18.** Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
- 19.** Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
- 20.** Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
- 21.** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 22.** Garantir a continuidade dos processos conforme os diferentes momentos de transição vividos pela criança: transição casa/instituição de Educação Infantil, transições

no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental;

23. Promover campanhas para busca ativa de crianças fora da escola, em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

24. Responsabilizar a família pela garantia da frequência e acompanhamento do desenvolvimento da criança da pré-escola;

25. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

3.2- ENSINO FUNDAMENTAL

Diagnóstico

A educação um direito constitucional concretizado por meio de proposição e conjugação de esforços da União, Estados, Distrito Federal e municípios em proveito da melhoria da qualidade da educação básica vem vivenciando momentos de muitas transformações nos últimos anos.

A Constituição de 1988, promulgada após o movimento pela redemocratização do país, procurou introduzir inovações e compromisso, com destaque para a universalização do Ensino Fundamental e erradicação do analfabetismo.

Por fim em 1996 surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da Educação, que tem como meta nortear toda a educação do Brasil.

Diante de tantas mudanças que vem ocorrendo na contemporaneidade, nos deparamos com a Educação que vem sendo discutida em todos os âmbitos nacionais. A temática tem sido sempre a qualidade. Assim observa-se que essa preocupação com a qualidade vem sendo reforçada no plano de metas “Do Compromisso Todos Pela Educação” para que seja alcançada a excelência do ensino básico.

No município de Rondon do Pará o Ensino Fundamental perpassa por um período de transição. Com a implantação do Ensino de Nove Anos em 2010 as unidades escolares têm passado por um processo de reorganização dos tempos e dos espaços escolares, na forma de ensinar, aprender, avaliar, organizar e desenvolver o currículo,

trabalhar com o conhecimento, respeitando a singularidade do desenvolvimento humano, garantindo o direito à educação com qualidade embasada nas orientações nacionais, estaduais e municipais.

Diante deste contexto o município trabalha de forma paralela com o ensino fundamental de oito e nove anos. Com o período de transição do Ensino Fundamental de 8 anos (em série) para o Ensino Fundamental de 9 anos (em anos). Acredita-se que essa mudança cessará a dificuldade apresentadas, pois as crianças de 06 anos ingressarão mais cedo no processo de alfabetização, isso significa mais tempo para aprender.

Nessa perspectiva, a educação de Rondon do Pará caminha rumo à construção de uma educação cidadã, solidaria e comprometida com o ensino no sentido de proporcionar a democratização dos conhecimentos e saberes historicamente construídos.

Com a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos preconizado pelo Ministério da Educação, através da Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010 a extinção do ensino de 8 anos se dará de forma gradativa conforme tabela abaixo:

Quadro 7 - Extinção Gradativa do Ensino Fundamental de 8 Anos e Ampliação Gradativa do Ensino de 9 Anos.

Ano	Série																
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
2009																	
2010	X	X	X	X	X	X	X	X	X								
2011		X	X	X	X	X	X	X	X	X							
2012			X	X	X	X	X	X	X	X	X						
2013				X	X	X	X	X	X	X	X	X					
2014					X	X	X	X	X	X	X	X	X				
2015						X	X	X	X	X	X	X	X	X			
2016							X	X	X	X	X	X	X	X	X		
2017								X	X	X	X	X	X	X	X	X	
2018									X	X	X	X	X	X	X	X	X

A implantação da política de ampliação do Ensino Fundamental de oito anos para nove, não será apenas uma medida administrativa, mas sim concebe um novo processo de desenvolvimento e aprendizagem do estudante. O Sistema Municipal de Ensino de Rondon do Pará implantará significativas mudanças nos campos administrativos, pedagógico e de financiamento, a fim de ofertar uma educação de qualidade, colocando em prática a democratização de conhecimentos que possibilitará um novo olhar para o saber-fazer pedagógicos, mediador de mudanças e transformações pessoais e sociais.

Neste sentido, a ampliação do Ensino Fundamental se faz importante e necessário, porque a criança de 06 anos, conforme pesquisas de alguns estudiosos, apresenta mais facilidade em interagir com o meio social, aprender e entender, conforme sua percepção, as relações de linguagem e conhecimento. Serão alunos mais bem preparados a atuarem como sujeitos do saber e combater o alto índice do analfabetismo.

A perspectiva do município é que além do amparo legal, as autoridades competentes forneçam meios concretos para o acesso e a permanência com sucesso da criança no ensino de 09 anos, assegurando investimentos na infra-estrutura, reorganização curricular, materiais didáticos, capacitação dos trabalhadores da educação em metodologias inovadoras.

Tabela 7. Informações sobre o Município de Rondon do Pará referente a população, localização e faixa etária:

População/ (Localização /Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou mais	Total
Urbana	2000	2.605	1.401	6.291	2.488	4.660	4.780	7.836	30.061
	2007	2.300	1.203	6.075	2.247	4.771	5.549	10.253	32.398
	2010	2.489	1.376	6.470	2.296	4.793	6.206	11.066	34.696
Rural	2000	1.070	633	2.124	792	1.403	1.334	2.454	9.810
	2007	1.077	513	2.533	799	1.783	2.133	3.708	12.546
	2010	795	467	2.208	812	1.706	2.270	4.010	12.268
Total	2000	3.675	2.034	8.415	3.280	6.063	6.114	10.290	39.871
	2007	3.377	1.716	8.608	3.046	6.554	7.682	13.961	44.944
	2010	3.284	1.843	8.678	3.108	6.499	8.476	15.076	46.964

Fonte: IBGE - Censo: 2000 e 2010 e Contagem 2007

Pelos dados desta tabela, constata-se que a população na faixa etária correspondente ao ensino fundamental regular passará por um considerável acréscimo, tendo em vista a previsão da instalação da empresa de mineração Alumina Rondon. Assim o planejamento educacional no âmbito do município deverá ser ampliado com políticas públicas que favoreçam o atendimento dessa clientela. Cabe ressaltar então que será necessário a construção de novas escolas e um maior investimento na infraestrutura das escolas já existentes.

O quadro a seguir aponta que a matrícula no ensino fundamental da cidade no período de 2009 a 2013 vem reduzindo.

Quadro 8 - Demonstrativo da matrícula inicial do Ensino Fundamental na rede municipal – pública e privada.

Níveis	2009	2010	2011	2012	2013
Ens. Fund. 1º ao 5º ano - 09 anos	-	1038	1987	2777	3412
Ens. Fund. 1ª a 4ª - 08 anos	4642	3990	2709	1656	658
Ens. Fund. 5ª a 8ª - 08 anos	3622	3677	3797	3532	3266
TOTAL	8264	8705	8493	7965	7336

Podemos observar pelos dados acima que os índices de matrícula a nível geral vêm oscilando consideravelmente, tendo em vista que Rondon do Pará é uma cidade que o fluxo migratório é elevado devido à falta de empregabilidade e a economia fraca em função da redução da exploração da madeira e produção de carvão, o município tem enfrentado uma crise econômica que tem abalado suas estruturas nos últimos anos. Dessa forma a população migra para outras regiões.

Estrutura Organizacional e Pedagógica

O Ensino Fundamental traduzido como um direito público subjetivo de dever do Estado e da família na sua oferta a todos, gratuito e de qualidade tem sido uma grande conquista no âmbito nacional.

Nessa etapa entende-se que o trabalho deve ser desenvolvido de forma a assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.

O que se espera é que a educação proporcione o desenvolvimento do potencial humano, permitindo a este o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, possibilitando a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

Diante de todo esse desafio verifica-se uma necessidade enorme de se organizar em busca de melhorias. Daí a justificativa na oscilação da matrícula na rede municipal de ensino.

Outro ponto bastante relevante que merece destaque é o processo de Ensino Aprendizagem tendo em vista o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação entende-se que o foco principal é a aprendizagem com resultados concretos a atingir, assim o município de Rondon do Pará deverá cumprir com seu papel, desenvolvendo um conjunto de metas que viabilize alfabetizar crianças até, no máximo, aos oito anos

de idade, acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente, combater a repetência, a evasão, reduzir a indisciplina, matricular o aluno na escola mais próxima de sua residência, instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação continuada de profissionais da educação, ampliara as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular, garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns de ensino regular, manter programa de alfabetização de jovens e adultos e promover a gestão participativa na rede de ensino.

Dessa forma além de cumprir com plano de metas do governo, o município estará sinalizando para a melhoria da qualidade da educação básica.

Conforme tabelas abaixo uma breve amostragem da situação educacional no Ensino Fundamental de Rondon.

Tabela 08 – Estabelecimentos de Ensino por dependências Administrativa no Ensino Fundamental.

Ano	Ensino Fundamental			
	Municipal	Privada	Estadual	Federal
2010	34	08	-	-
2011	30	07	-	-
2012	31	06	-	-
2013	34	07	-	-
2014	29	06	-	-

Pela tabela acima, observa-se uma redução do número de estabelecimentos nas diferentes dependências administrativas. Constata-se que a esfera municipal apresenta o maior número de escolas e conseqüentemente o maior de alunos se concentra na rede municipal de ensino.

Tabela 9 - Demonstrativo das Escolas do Ensino Fundamental de 08 anos por número de alunos na esfera municipal – 1ª a 8ª série.

Nº	Escolas / Área Urbana	Nível	Nº de Alunos				
			2009	2010	2011	2012	2013
1	E.M.E.F. Adolfo Soares de Moraes	5ª a 8ª	929	957	973	968	1015
2	E.M.E.F. Dom Pedro I	5ª a 8ª	873	926	963	840	657
3	E.M.E.F. Elídia Maria dos Santos	1ª a 4ª	447	390	288	181	79
4	E.M.E.F. João Miranda	1ª a 4ª	469	399	297	172	90
5	E.M.E.F. Joselina Moreira de Oliveira	1ª a 4ª	647	538	367	221	102
6	E.M.E.F. Lucíolo Oliveira Rabelo	1ª a 4ª 5ª a 8ª	654	637	591	526	60
7	E.M.E.F. Profª Maria Lei Miranda Colares	1ª a 4ª	572	518	377	255	85

8	E.M.E.F. Pe. José Fontanella	1ª a 4ª 5ª a 8ª	654	615	568	470	-
9	E.M.E.F. Prof. Francisco Nunes	1ª a 4ª 5ª a 8ª	629	543	503	383	32
10	E.M.E.F Profª Conceição Tavares	1ª a 4ª	114	117	76	41	14
11	E.M.E.F. São Francisco	1ª a 4ª	291	291	220	136	65
	Total		6279	5931	5223	4193	2199

Na tabela de número 09 observa-se que no Ensino Fundamental de 08 Anos está ocorrendo uma redução no número de alunos, docentes e alunos inclusos na educação especial nos últimos três anos apesar de algumas das Unidades de Ensino demonstrar um aumento na matrícula e conseqüentemente aumento na quantidade de docentes, no âmbito municipal de modo geral. Esses números vêm diminuindo, uma das razões é a extinção do Ensino Fundamental de 08 Anos. Com a implantação do Ensino Fundamental de 09 Anos a tendência é aumentar gradualmente este nível e extinguir consideravelmente o outro nível.

Analisando a tabela a seguir percebe-se que no Ensino Fundamental de 09 Anos vem ocorrendo um acréscimo significativo ano a ano, ou seja, a tendência é ampliar esse número com o decorrer dos anos. E ainda com o aumento da demanda que surgirá a partir da instalação da empresa Votorantim através do Projeto Alumina Rondon.

Tabela 10 - Demonstrativo das Escolas do Ensino Fundamental de 09 anos por número de alunos na esfera municipal – 1º ao 9º ano.

Nº	Escolas / Área Urbana	Nº de Alunos			
		2010	2011	2012	2013
1	E M E F Elídia Maria dos Santos	158	196	324	441
2	E M E F João Miranda	72	184	263	322
3	E M E F Joselina Moreira de Oliveira	136	308	442	537
4	E M E F Lucíolo Oliveira Rabelo	58	121	197	267
5	E M E F Profª Maria Lei Miranda Colares	77	204	296	462
6	E M E F Pe. José Fontanella	26	51	71	81
7	E M E F Prof. Francisco Nunes	70	144	153	220
8	E M E F Profª Conceição Tavares	26	46	85	101
9	E M E F São Francisco	89	155	249	343
	Total	712	1409	2080	2774

A tabela a seguir apresenta as escolas de ensino fundamental de 08 anos da rede particular do município de Rondon nos últimos 04 anos. Pela tabela observa-se que entre 2010 e 2013 o número de alunos diminuiu consideravelmente, isso significa que mesmo na esfera particular está ocorrendo uma redução no número de estudantes.

Tabela 11 - Demonstrativo das Escolas do Ensino Fundamental de 08 anos por número de alunos na rede particular – 1ª a 8ª série.

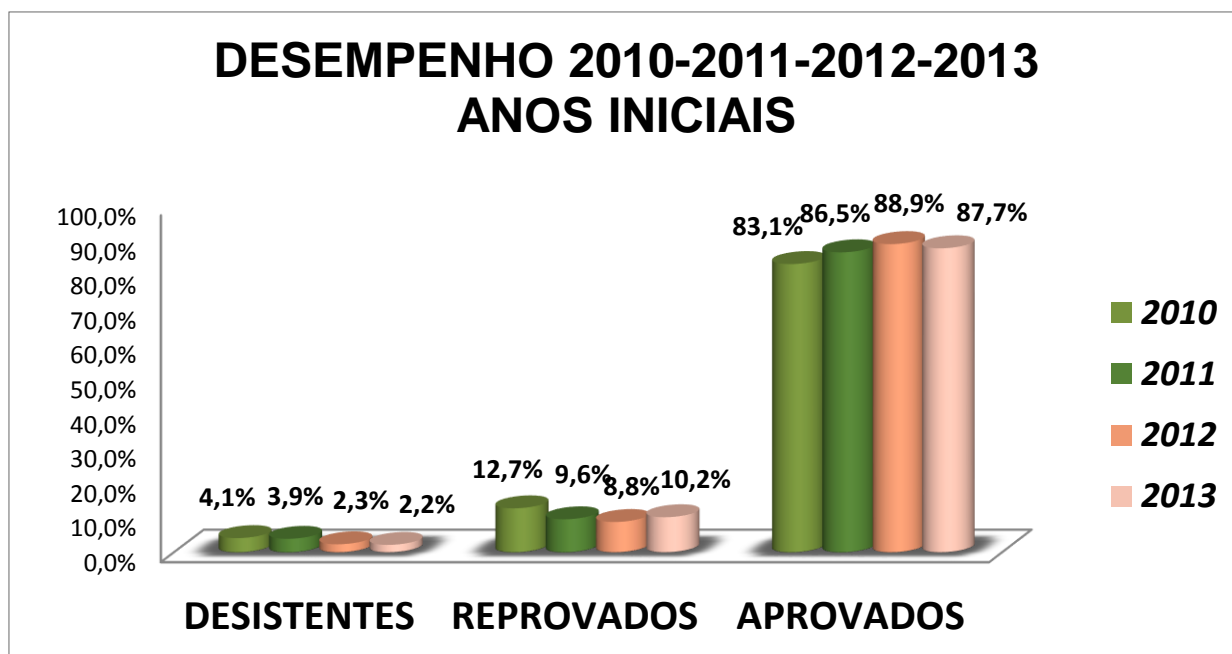
Nº	Escolas / Área Urbana	Nº de Alunos			
		2010	2011	2012	2013
01	Centro Educacional Profª Dirce Coelho	104	73	52	27
02	Complexo Educacional Pingo de Gente	15	20	17	-
03	Escola Modelo	49	36	23	-
04	EEIEF Raio de Luz	14	-	-	-
05	EEl Frutos de São	19	12	08	-
06	Instituto Teorema	69	53	57	53
07	E. E. I. e Fund. Pré-Infância	14	-	-	-
08	Centro Educacional Moderno	65	-	-	-
	Total	349	194	157	80

Na tabela 12 é visível um crescimento progressivo do número de alunos, isso se dá devido o ensino fundamental de 09 anos, mesmo assim, observa-se uma diminuição no total de discentes neste período.

Tabela 12 - Demonstrativo das Escolas do Ensino Fundamental de 09 anos por número de alunos na esfera municipal – 1º ao 9º ano.

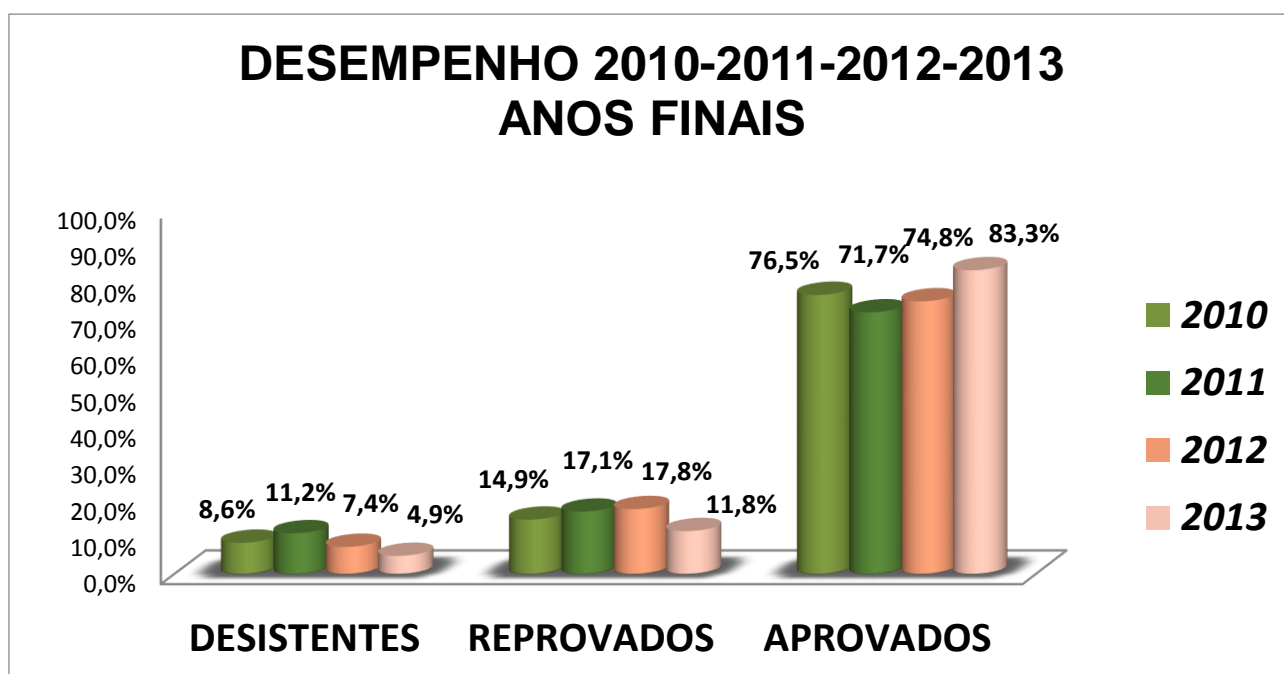
Nº	Escolas / Área Urbana	Nº de Alunos			
		2010	2011	2012	2013
01	Centro Educacional Profª Dirce Coelho	08	60	63	55
02	Complexo Educacional Pingo de Gente	35	46	49	69
03	Escola Modelo	16	22	30	46
04	EEIEF Raio de Luz	37	42	37	32
05	EEl Frutos de São	14	34	51	50
06	E. E. I. e Fund. Pré-Infância	29	26	-	-
07	Centro Educacional Moderno	15	-	-	-
	Total	154	230	230	252

Gráfico 01 - Indicadores do Desempenho Escolar do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série – Meio Urbano e Rural nos Últimos Quatro Anos.



Quanto ao desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais e finais nos últimos quatro anos nos gráficos abaixo é possível verificar que nos últimos 04 anos o índice de desistentes vem reduzindo, no entanto se compararmos com a matrícula percebe-se que também está diminuindo, então conclui-se que a evasão diminui em função da diminuição do número de matrícula. Isso significa que precisamos ampliar o acesso e a permanência do estudante na escola, ou seja, criar mecanismos que possam garantir que este aluno ingresse e permaneça, participando ativamente do processo educacional.

Gráfico 02 – Indicadores do Desempenho Escolar do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série – Meio urbano e rural nos últimos quatro anos:



Com relação a reprovação nas séries iniciais houve uma redução ano após ano. Isso representa um avanço no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais efetivas, docentes mais qualificados e bem preparados, porém ainda será preciso a qualidade e a formação de cidadãos mais autônomos e consciente de seu papel em sociedade.

Se desejamos bons resultados monitorar periodicamente o processo de ensino aprendizagem através de Conselho de Classe, Grêmios Estudantis e outras ações que favoreçam a melhoria do processo educacional. Pois quando se pensa na construção de uma escola democrática, autônoma e cidadã, a avaliação passa a ser um dos instrumentos indispensável no processo educativo, não somente a avaliação

institucional, visto que os programas e projetos educacionais já existentes tem de ser avaliados e analisados dentro de uma perspectiva que visam observar quais resultados tem proporcionados a educação como um todo. Assim é importante destacar que a avaliação feita ao aluno é apenas uma parte, outras estratégias precisam ser planejadas e executadas para que de fato possamos garantir a permanência com sucesso dos estudantes.

A tabela abaixo aponta a distorção idade-série no ensino fundamental nos últimos 05 (cinco) anos:

Tabela 13 - Demonstrativo da distorção idade-série nos Ensino Fundamental anos iniciais e finais.

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental
2009	31,2	45,3
2010	29,4	50,2
2011	29	49,8
2012	26,4	47,8
2013	24,2	44,8

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Conforme a Tabela, pode-se observar uma diminuição na distorção idade-série nos últimos cinco anos, no entanto os índices ainda estão elevados, pesquisas recentes informam que o ambiente familiar, o grau de instrução dos pais, a desigualdade na distribuição de renda e as imensas deficiências no sistema educacional, são problemas que estão obviamente associados a esses resultados.

Diante dessa realidade, faz-se necessário implementar ações que visem a correção da distorção idade/série na Rede Municipal de Ensino nos Anos Iniciais e Finais.

Quadro 9 - Percentual de escolas de Ensino Fundamental segundo a infraestrutura disponível nas escolas municipais de Rondon do Pará em 2013.

Nº	Infraestrutura das Escolas	Quantidade
1.	Instalações satisfatórias, de acordo com os preceitos	14
2.	Salas adequadas de acordo com o padrão pedagógico MEC	18
3.	Biblioteca	06
4.	Filtros, bebedouros e lavatórios apropriados à faixa etária	20
5.	Instalações sanitárias e mobiliárias de acordo com as características das crianças	07
6.	Cozinha	21

7.	Instalações adequadas para os serviços técnicos educacionais e corpo docente, para os trabalhos de escrituração escolar	13
8.	Arquivo, administração e almoxarifado	03
9.	Despensa	13
10.	Área coberta para recreação	07
11.	Quadra coberta	02
12.	Parque infantil	01
13.	Área livre para recreio	08
14.	Recursos didáticos e materiais adequados às diferentes faixas etárias, atendendo aspectos de segurança, higienização, manutenção e conservação	05
15.	Salas adequadas para as atividades previstas no Projeto Pedagógico da Unidade	05
16.	Laboratório de Informática	15
17.	Sala multifuncional	04
18.	Espaços para recuperação	-

De modo geral a estrutura física e pedagógica das escolas de Ensino Fundamental precisam passar por reformas e adequações pedagógicas, pois observando no quadro da infraestrutura das escolas da rede municipal observa-se que um número muito pouco de bibliotecas, salas multifuncional, quadras cobertas e material didático adequado ao desenvolvimento de ensino. Percebe-se que os espaços, as instalações e os equipamentos não oferecem as condições satisfatórias para o funcionamento da educação com qualidade.

Dessa forma há de se fazer maior investimento na estrutura física e pedagógica das escolas para adequar o ambiente e proporcionar um melhor desenvolvimento do ensino.

Tabela 14 - IDEB 2007, 2009, 2011 e Projeções para o Brasil.

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental							Anos Finais do Ensino Fundamental						
	IDEB Observado				Metas			IDEB Observado				Metas		
	2007	2009	2011	2013	2011	2013	2021	2007	2009	2011	2013	2011	2013	2021
Total	4,2	4,6	5,0	5,2	4,6	4,9	6,0	3,8	4,0	4,1	4,2	3,9	4,4	5,5
Dependências Administrativas														
Pública	4,0	4,4	4,7	4,9	4,4	4,7	5,8	3,5	3,7	3,9	4,0	3,7	4,1	5,2
Estadual	4,3	4,9	5,1	5,4	4,7	5,0	6,1	3,6	3,8	3,9	4,0	3,8	4,2	5,3
Municipal	4,0	4,4	4,7	4,9	4,2	4,5	5,7	3,4	3,6	3,8	3,8	3,5	3,9	5,1
Privada	6,0	6,4	6,5	6,7	6,5	6,6	6,8	7,5	5,9	6,0	5,9	6,2	6,5	7,3

Fonte: MEC/INEP

Tabela 15 - IDEBs observados em 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 e metas para a Rede Municipal.

Ensino Fundamental	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	2,8	3,5	3,7	4,2	4,1	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,8	3,2	3,4	3,5	4,3	2,9	3,0	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9

Fonte: MEC/INEP

O município de Rondon do Pará acredita que o envolvimento, a participação e o compromisso social dos docentes com a educação é de grande importância para o avanço educacional. Dessa feita a tabela mostra que houve uma melhoria no nível de formação dos professores no período de 2000 a 2014, com mais de 90 % deles apresentando formação em nível superior neste último ano.

Além da oferta de curso superior pelo Parfor, o município também realiza a formação continuada, como palestras, conferências, fóruns de educação, encontros pedagógicos, formação em Língua Portuguesa e Matemática do Gestar II, Pro Letramento e atualmente aderiu ao programa Alfabetização na Idade Certa do Pacto Todos Pela Educação objetivando alcançar a meta nacional que é alfabetizar as crianças até os oito anos de idade.

Apesar dos esforços que já vem sendo promovidos, muito ainda precisa fazer para melhorar a formação dos educadores rondonenses.

A Secretaria Municipal de Educação conta com uma equipe técnica-pedagógica no Departamento de Ensino coordenado pela Diretora de Ensino que por sua vez trabalha em conjunto com o Departamento Pedagógico, esse por sua vez conta com as Coordenações Pedagógicas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial e o Setor de Planejamento da SEMEC onde ficam os técnicos responsáveis pelos programas do governo federal. Cada unidade de ensino, possui um coordenador pedagógico e uma que possui um número expressivo de alunos e mais de um nível de ensino têm dois coordenadores pedagógicos. Apesar dos grandes desafios que enfrentamos, podemos dizer que a educação em Rondon do Pará, apresenta muitos avanços, principalmente no que se refere a formação e valorização docente. Nos últimos três anos as oportunidades de cursos e capacitações tem crescido consideravelmente e a média salarial também, porém precisamos garantir ainda a formação dos educadores rondonenses a nível de mestrado e doutorado pois este percentual ainda é mínimo para nosso município e região.

Quadro 10 - Organização do Ensino Fundamental de Nove Anos.

Ensino Fundamental de 09 Anos		Organização do Sistema
Anos Iniciais 5 Anos	1º ano - Fase Inicial - 6/7 anos	Ciclo de Alfabetização
	2º ano - Fase intermediária - 7/8 anos	
	3º ano - Fase Final - 8/9 anos	
Anos Finais 4 Anos	4º ano - 9 anos	4ª ano
	5º anos - 10 anos	5º ano
	6º ano - 11 anos	6º ano
	7º ano - 12 anos	7º ano
	8º ano - 13 anos	8º ano
	9º ano - 14 anos	9º ano

Diretrizes

O Ensino Fundamental etapa obrigatória para os estudantes a partir dos seis anos de idade conforme Lei Federal nº 11.274/2006 com duas fases sequentes com características próprias, visa acolher que significa também **cuidar e educar** como forma de garantir a aprendizagem que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na sociedade em geral. Dessa feita garantir uma formação adequada as crianças através do desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo é primordial para o exercício pleno da cidadania e a aquisição de direitos como cidadão, conforme prevê a LDB.

A educação, ao proporcionar o desenvolvimento de potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito e o usufruto dos bens sociais e culturais. Assim o Ensino Fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano, segundo Resolução CNE/CEB 7/2010.

A educação de qualidade como um direito fundamental precisa ser relevante, pertinente e equitativa, assim o município de Rondon do Pará terá que promover aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.

No que se refere a pertinência será necessário atender as necessidades e as características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

A equidade é um grande desafio que o município terá que enfrentar para que possamos realmente assegurar a todos a igualdade de direito à educação. Neste sentido o currículo será constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento permeados pelas relações sociais, articulando as vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos discentes.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, em seu artigo 32, incisos e parágrafos reforça a importância de Ensino Fundamental como desenvolvimento das capacidades e habilidades essenciais a formação de atitude e valores. Assim os Parâmetros Curriculares Nacionais definem de forma clara os objetivos, organização dos conteúdos, bem como critérios de avaliação e orientação didática, no intuito de organizar o trabalho pedagógico no ambiente educativo fomentando a concretização de uma educação mais sólida e permanente. Portanto o currículo do Ensino Fundamental deverá incluir obrigatoriamente, conteúdos que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes conforme prevê a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e Adolescente.

Dessa forma, o município de Rondon do Pará irá cumprir a curto, médio e longo prazo com o previsto nas Diretrizes Nacionais, Lei 9.394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais, Lei 8069 e Regimento Escolar que assegura a formação de cidadãos participativos, autônomos e capacitados para atuarem na sociedade em que estão inseridos. Ressaltando ainda que os PCN's serão a base norteadora para o desenvolvimento de uma educação plural, diversificada e transformadora em Rondon do Pará.

Para isso a organização curricular da rede municipal de ensino contemplará as concepções pedagógicas, articuladas a ciência, ao mundo do trabalho, as diversidades culturais, sociais, físicas e afetivas.

Metas e Estratégias

Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos alunos concluam esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias

1 – Atender plenamente todos os estudantes do ensino fundamental, garantindo-lhes acesso, permanência e sucesso com qualidade, promovendo campanhas para busca ativa de todos os alunos dessa faixa etária, que estão fora da sala de aula até o último ano de vigência do PME;

2 - Promover de acordo com a Lei nº 11.274/2006/CNE a ampliação gradativa do Ensino Fundamental de Nove Anos na Rede Municipal de Ensino até 2018, seguindo as diretrizes pedagógicas e administrativas definidas pelo MEC;

3 – Definir até 2020, Parâmetros Curriculares Municipais para todos os anos do Ensino Fundamental de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecida a especificidade da infância e da adolescência, os novos saberes e os tempos escolares;

4 – Estabelecer em colaboração com a União, o Estado e o Município, programas de apoio à aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso para reduzir em 50%, no prazo de cinco anos e 80% no prazo de 10 anos as taxas de repetência e evasão garantido efetiva aprendizagem;

5 – Acompanhar a avaliação, revisão e/ou reelaboração e a implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, estabelecendo metas de aprendizagem, em conformidade com a organização do currículo, com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental a luz das Diretrizes Nacional e Estadual;

6 – Assegurar a elaboração, publicação e estudo coletivo das Propostas Pedagógicas da Rede em observância das diretrizes Curriculares Nacional e Estadual para o ensino fundamental e legislação vigente;

7 - Implementar um sistema de coleta de dados dos alunos, onde a SEMEC possa acompanhar os resultados do ensino aprendizagem em tempo real, visando a intervenção necessária na melhoria da qualidade educacional;

8 – Adequar os espaços físicos de todas as unidades escolares com salas de vídeo, biblioteca, laboratórios de informática e de ciências, sala multidisciplinar, salas multifuncionais e acesso à internet;

9 – Otimizar o atendimento ao Ensino Fundamental com programas sociais e a participação efetiva de toda a comunidade escolar, através de parcerias com empresas, órgãos públicos, fundações e associações;

10 – Reformar, ampliar, adequar e construir novas escolas para oferta do ensino fundamental no município, visando atender a nova clientela prevista pela instalação de grandes empresas;

11 – Disciplinar no âmbito do sistema de ensino, a organização do trabalho pedagógico incluindo adequação de calendário escolar de acordo com a realidade local e com as condições climáticas da região;

12 – Fazer chamada pública de crianças e adolescentes fora da escola em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude;

13 – Assegurar um programa de acompanhamento através de uma coordenação específica por níveis em todo processo de ensino aprendizagem trimestralmente, considerando suas dificuldades como indicadores para a reorganização do ensino e da aprendizagem;

14 – Promover fórum de discussão com os pais sobre as concepções e procedimentos da educação no âmbito municipal;

15 – Promover a realização de fórum sobre a organização curricular para revisar a matriz curricular com base na reflexão sobre a organização do ensino;

16 – Assegurar o nível de desenvolvimento dos alunos, progressivamente, mediante a implantação dos sistemas de avaliação nacional, estadual e municipal no Ensino Fundamental, visando a redução no índice de repetência e evasão escolar;

17 – Investir na formação em serviço dos Diretores e técnicos das Escolas e da Secretaria Municipal de Educação, assegurando suas participações em fóruns, capacitações, encontros educacionais, conferências e congressos, visando a melhoria profissional e a qualidade do processo ensino aprendizagem;

18 – Acompanhar e avaliar a proposta curricular para o Ensino Fundamental de Nove Anos, seguindo as orientações do MEC e a realidade local;

19 - Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações planejadas e executadas pelo Plano de Ações Articuladas – PAR, mediante as responsabilidades estabelecidas;

20 – Implementar mecanismos de avaliação aos professores do Ensino Fundamental, de forma a detectar e corrigir as eventuais falhas do decorrer do processo de ensino e aprendizagem;

21 – Implantar, em regime de colaboração, Programas de Correção de Fluxo Escolar, reduzindo as taxas de repetência, evasão e distorção idade ano, em toda a Rede Pública Municipal de Ensino;

22 – Promover, em regime de colaboração, programas de qualificação permanente para os profissionais que atuam no Ensino Fundamental;

23 – Efetivar o acompanhamento técnico e pedagógico no monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, assegurando condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias, comunidades e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

24 – Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União, Estado e município atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural;

25 – Inserir no currículo do Ensino Fundamental conteúdos que tratem dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, conforme a Lei 11.525/07 que orienta o estudo do ECA;

26 – Garantir ações pedagógicas para a apropriação dos aspectos cognitivos, psicossocial, orientação do estudo, nas leituras e nos processos de aprendizagem,

viabilizando atendimento diferenciado a grupos de alunos com habilidades ou dificuldades específicas;

27 – Incentivar a participação dos pais ou responsáveis em parceria com outros órgãos no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

28 – Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

29 – Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de Saúde, Conselho Tutelar e do Ministério Público;

30 – Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

31 – Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

32 – Criar ações mitigadoras para amenizar a indisciplina no âmbito escolar e políticas educacionais que motivem os discentes a terem uma perspectiva de vida futura na sociedade.

Meta 3 – Alfabetizar todas as crianças dos anos iniciais, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias

1 – Desenvolver um programa de acompanhamento e monitoramento do ciclo de alfabetização, afim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;

- 2** – Realizar diagnóstico para verificar os níveis de alfabetização dos alunos e propor intervenções necessárias para o seu desenvolvimento;
- 3** – Promover e estimular em parceria com Instituição de Ensino formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras;
- 4** – Criar juntamente com as escolas, instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5** – Implementar mecanismos de avaliação de professores/as dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, de forma a detectar e corrigir as eventuais falhas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem;
- 6** – Incentivar o uso de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos estabelecimentos de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 7** – Assegurar a alfabetização de crianças do campo, indígenas e de populações itinerantes, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas, quando for o caso;
- 8** – Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;
- 9** - Instituir um grupo de professores alfabetizadores para crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental nos sistemas de ensino assegurando uma política municipal da alfabetização que contemple formação continuada de professores, condições e jornada de trabalho e reconhecimento pela função de professor alfabetizador;
- 10** – Estruturar o ciclo de alfabetização de forma articulada com estratégias desenvolvidas na pré-escola obrigatória, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização de todas as crianças na idade determinada nos documentos legais;

11 – Criar e assegurar, na avaliação municipal um exame específico para a aferição da aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização.

Meta 4 – Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 10% (dez por cento) das escolas públicas, dos alunos do Ensino Fundamental até ao final da vigência do plano, com garantia de espaços e tempos apropriado às atividades educativas, assegurando estrutura física e profissionais habilitados.

Estratégias

1 – Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

2 – Construir, no período de vigência deste Plano, em regime de colaboração com a União e/ou outros recursos disponíveis, com base em levantamento de demanda, escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades de baixo poder aquisitivo ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

3 – Aderir e manter, em regime de colaboração com os entes federados, programas de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio de instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

4 – Construir, no prazo de vigência do PME em regime de colaboração com os entes federados, escola de tempo integral no campo, na localidade de maior concentração populacional, com base na proposta pedagógica da Pedagogia da Alternância;

5 – Garantir apoio técnico e pedagógico e acompanhamento ao desenvolvimento, no espaço escolar, de trabalhos em equipe e projetos coletivos de professores e alunos, envolvendo grupos de diferentes faixas etárias.

Meta 5 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5

Estratégias

1 – Assegurar que no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos/as estudantes do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo;

2 – Assegurar que no último ano de vigência deste PME, 80% dos estudantes do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo;

3 – Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados do IDEB das escolas, da rede pública municipal de Educação Básica;

4 – Formalizar e executar o Plano de Ações Articuladas (PAR) dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

5 – Aderir, em regime de colaboração com a União e o Estado, no prazo de 4 (quatro) anos contados da publicação desta Lei, aos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

6 – Garantir dotação financeira e pedagógica, na Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista, a organização e a oferta da modalidade de educação escolar do campo com caráter intercultural, multilíngue e diferenciada, visando à oferta da Educação Básica;

7 – Instituir processo contínuo de auto avaliação do sistema de ensino das escolas de educação básica por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

8 – Executar o Plano de Ação Articulada – PAR e o Plano Plurianual – PPA em consonância com o Plano Municipal de Educação, tendo em vista, as metas e estratégias estabelecidas para a Educação Básica pública;

9 – Orientar as políticas do sistema municipal de ensino, de forma a buscar superar as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem em todo município;

10 – Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos com vista a ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

11 – Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local, estadual e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

12 – Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

3.3 ENSINO MÉDIO

Diagnóstico

O Ensino Médio de Rondon do Pará teve início em 1974, com cursos técnicos de Administração e Magistério (Rede Privada) e no ano de 1989 foi implantado o Sistema Modular de Ensino – SOME, com o curso de Contabilidade que funcionava juntamente com o Ensino Fundamental. Na época os professores vinham de Belém encaminhados pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC.

Em 1997 com a municipalização do Ensino Fundamental, a escola passou a ofertar apenas cursos técnicos profissionalizantes, sendo uma escola pública estadual de segundo grau, a única pública estadual no município. Gradualmente foi feito o processo de implantação do Ensino Médio Regular, que iniciou de forma precária, uma vez que o quadro de professores graduados em todas as áreas não era suficiente, assim em 2003 o Ensino Médio Regular foi implantado, mas somente após o concurso de 2007, com a nomeação do quadro de professores necessários para a oferta de todas as disciplinas é que o Ensino Médio começou a funcionar de forma satisfatória.

Atualmente existe no município três escolas de Ensino Médio, sendo 01 Estadual e 02 particulares, atendendo aproximadamente mais de 2000 mil alunos em toda a rede de ensino, incluindo o curso Técnico em Informática oferecida pelo IFPA com duração de dois anos, sendo 2011 e 2012.

Na rede Estadual tem ocorrido muitos avanços no Ensino Médio, como criação de espaços pedagógicos, biblioteca, laboratório de informática, laboratório multidisciplinar, implementação da merenda escolar desde abril de 2010 e a implantação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no mesmo ano. Apesar destes avanços ainda enfrentamos inúmeros problemas como, evasão escolar, reprovação, baixo nível de proficiência dos estudantes que ingressam, falta professores substitutos nos casos de atestado saúde, mas mesmo assim, ainda possui um número significativo de alunos que ingressam no ensino superior através dos vestibulares e avaliações do ENEM, PRISE e PROSEL.

Na rede particular o Ensino Médio atende o número menor de alunos e também contribui para a entrada dos jovens na universidade, numa parcela pequena, mas isso tem demonstrado de modo geral um desenvolvimento do ensino médio no município.

Para maiores avanços faz-se necessário uma parceria mais efetiva com a rede municipal de ensino, no sentido de garantir ações educativas que fortaleçam o processo de ensino aprendizagem no Ensino Médio e a redução da evasão escolar.

Tendo em vista que o Ensino Médio etapa final do processo formativo da Educação Básica responsável pela consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos nos anos anteriores e a preparação para a cidadania e o trabalho, tornando como princípio educativo, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores, deverá primar de fato por um ensino de qualidade garantido que os estudantes desenvolva competências e habilidades fundamentais para o seu desenvolvimento humano e profissional. Assim os currículos precisam ser flexíveis, com diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher ao percurso formativo que atende seus interesses, necessidades e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito.

Estrutura Organizacional e Pedagógica

O Ensino Médio em Rondon do Pará atualmente está organizado no modo regular e na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos na rede pública e privada. Os professores são todos habilitados para atuarem nas diversas áreas do conhecimento e possui uma equipe técnica pedagógica para dar suporte ao desenvolvimento do ensino e acompanhamento do processo de aprendizagem.

Muitos são os desafios enfrentados no Ensino Médio em virtude da evasão escolar na rede Estadual de ensino, porém já existem projetos como o Ensino Médio Inovador/Jovem do Futuro que visam essencialmente uma gestão escolar para resultados elegendo como metas principais, reduzir em 40% os índices de evasão/abandono escolar, aumentar em 25 pontos as médias de proficiência da escola e ainda diminuir em 50% o percentual de alunos no Padrão de Desempenho “baixo” na escola SAEB de final de Ensino Médio. O compromisso também é de melhorar o desempenho dos alunos ao final do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. A partir deste projeto espera-se que o Ensino Médio obtenha resultados satisfatórios no que se refere a formação de seus estudantes.

Quadro 11 - Matrícula inicial no Ensino Médio – Regular e EJA na rede estadual pública:

Escola	2010	2011	2012	2013	2014
EEEM Dr. Dionísio B. de Carvalho	1.725	1.807	1.835	1859	1821

Quadro 12 - Matrícula inicial no Ensino Médio na rede privada:

Escolas	2010	2011	2012	2013
CENE	-	-	-	05
Instituto Teorema	44	47	57	48

Diretrizes

O Ensino Médio etapa final da Educação Básica tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos e o desenvolvimento da educação como pessoa humana, conforme prevê a lei.

Assim proporcionar uma educação integral ao jovem do ensino médio requer um planejamento das condições reais de funcionamento dessa etapa, visto que uma série de problemas são detectados em função da estrutura das escolas e qualidade do ensino prestado.

O Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, é dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos, no entanto ao longo de sua existência muitos desafios têm surgido para a garantia desse direito. Dessa feita cabe-nos então, definir, diretrizes, que consideramos condições concretas para o desenvolvimento dessa etapa com qualidade.

O jovem tem direito à formação da capacidade, de um pensar autônomo sobre a realidade em que vive, entender o processo histórico de construção e produção desta realidade, deve-se propiciar ao mesmo a capacidade de posicionar-se enquanto sujeito e dirigente da situação de trabalho e de participação política de agir e intervir neste processo individual e coletivamente.

Cabe então ao ensino médio receber esse jovem, prepará-lo e retorná-lo à sociedade, pronto para viver o momento histórico-social, diante de realidade da sociedade existente com valores, da necessidade do resgate da honestidade, respeito, cultura dos valores morais, éticos e espirituais. No entanto isso não está acontecendo. Hoje o ensino médio no Brasil está fragilizado, isso impede que os jovens ingressem no ensino superior.

A Constituição Federal de 1988, no inciso II do artigo 208, garante como dever do Estado, a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio, porém outros passos precisam ser dados, para que esse ensino se consolide de fato e de direito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, também determina e aponta como finalidade a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando prosseguir os estudos e preparar o educando para o trabalho e a cidadania. Neste sentido é preciso um novo olhar para esse estudante, afinal é nesta etapa que se dá o aprofundamento de conhecimento e a entrada para o ensino superior.

No município de Rondon do Pará, o ensino médio, conforme lei, é mantido pela rede estadual de ensino, mas o Sistema Municipal busca sempre o trabalho em parceria de contribuição na formação acadêmica dos alunos por entender que este aluno é parte integrante do processo e cidadão rondonense.

Conforme o artigo 7º da resolução nº 02 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a organização curricular do Ensino Médio com uma base nacional comum e uma parte diversificada que não devem constituir blocos distintos, mas um todo integrado, de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais. Então, seguindo nesta mesma linha, o ensino médio em Rondo do Pará, visa essencialmente garantir esses conhecimentos afim de proporcionar uma formação integrada ao estudante.

Assim o que se propõe neste plano municipal de educação é um conjunto de metas que visam fundamentalmente, articular os conhecimentos trazidos pelos alunos, com os saberes que possa assegurar a função formativa para todos, mediante diferentes formas de organização e que atenda os interesses, necessários e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito.

É importante destacar que o objetivo principal deste plano para o ensino médio é proporcionar a gestão integrada no sentido de garantir o ingresso e permanência do jovem no ensino médio, possibilitando a este uma formação integral, trabalhos e pesquisas como princípios educativos e pedagógicos, educação em direitos humano como princípios racional norteador, sustentabilidade ambiental, indissociabilidade entre educação e prática social, integração de conhecimentos gerais e técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização e preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

Metas e Estratégias

Meta 6 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa de líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias

1 – Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

2 – Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3 – Incentivar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

4 – Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

5 – Incentivar a participação dos jovens no exame nacional do ensino médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio;

6 – Apoiar as políticas de combate à violência na escola e a construção de cultura da paz e fortalecimento das relações interpessoais na promoção de informação e ações voltadas para o desenvolvimento das aprendizagens, da cultura, lazer, esporte e diversão, tendo como base o artigo 71 ECA – Estatuto da Criança e Adolescente;

7 – Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência;

8 – Estimular em regime de colaboração, a oferta do Ensino Médio em escolas do campo com metodologias e estratégias adequadas à realidade das diferentes populações camponesas.

Meta 7 – Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias

1 – Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, ou através do Instituto Federal do Pará-IFPA com curso técnico profissionalizantes com duração de 2 (dois) anos;

2 – Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurando padrão de qualidade;

3 – Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

4 – Realizar, anualmente, em regime de colaboração com a Unidade Regional de Educação – URE, a chamada pública com campanhas e propagandas pelos meios de comunicação, da população de 15 a 24 anos que necessita iniciar ou concluir sua escolarização nas etapas de Ensino Fundamental e Médio.

3.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Diagnóstico

A Secretaria Municipal de Educação, órgão do primeiro grau divisional, diretamente subordinado ao chefe do Poder Executivo Municipal, tem como âmbito de ação a coordenação do planejamento e da execução de atividades relativas a educação,

instalação e manutenção de estabelecimentos municipais de ensino, elaboração e execução do plano municipal de educação.

De acordo como estudo feito a partir de elementos que fazem referências a relação da sociedade brasileira com os sistemas econômicos, políticos, sociais e religiosos. Assim é possível percebermos a interferência externa na vida do povo do nosso país. É nesse contexto que buscamos entender a história da educação brasileira, pois essas relações interferiram significativamente na trajetória do ensino e da educação superior no Brasil.

No entanto, antes de entrar no assunto que compete ao nosso município, é oportuno lembrar que a “política educacional” acontece no âmbito das relações sociais estabelecidas pelos processos de reorganização da economia, das estruturas sociais e das políticas mundiais, não sendo um fato isolado. Compreender, portanto, a política educacional nesse contexto e dar sentido à busca de alternativa para a superação da exclusão e das desigualdades sociais no “agir” do fazer pedagógico.

No município de Rondon do Pará 07 (sete) instituições de ensino superior já ofertaram cursos universitários: Universidade Federal do Pará (UFPA) com dois cursos de Letras (ano 1994 e 2004), um curso de Pedagogia (ano 1999), um curso de Geografia (ano 2003), um curso de Ciências Sociais (ano 2004), um curso de Matemática (ano 2001); Universidade Estadual do Pará (UEPA) com dois cursos de Pedagogia (ano 1999 e 2010), um curso de Matemática (ano 2010); A Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA) com dois cursos de Pedagogia (ano 2003 e 2005), um curso de História e um curso de Biologia (ano 2005). E do Instituto Federal do Pará um curso de Letras (ano 2010). Quanto à natureza jurídica temos os seguintes dados de 03 (três) Instituições Privadas: Universidade da Amazônia (UNAMA), com um curso Matemática (ano 2000) e um curso de Gestão Pública (ano 2005). Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) mantida pela Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo disponibilizou para Rondon do Pará, em 2008 dois cursos superiores, sendo duas turmas, uma de Letras e uma de Administração.

No ano de 2005 foi instalada em Rondon do Pará a FACINTER, faculdade de ensino superior a distância. A Educação a distância está prevista no art. 80 da LDB, e a sua regulamentação foi estabelecida pelo Decreto nº 5.622/2005. A faculdade ofertou os seguintes cursos desde esse período tais como: Marketing, Secretariado, Gestão Pública, Gestão Financeira, Logística, Gestão de Produção Industrial, Pedagogia, Processos Gerenciais, Comércio Exterior, Administração, Ciências Contábeis, Gestão Ambiental, Gestão de RH, Gestão de Turismo e Letras. A FACINTER em maio de 2012 através da portaria nº 688/2012 passa a ser Centro Universitário Internacional UNINTER e em 2010 iniciou o Curso de Letras com duração de 04 (quatro) anos pelo IFPA.

Em cinco de junho do ano de 2013, foi criada a UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará com sede em Marabá, através da Lei nº 12.824, sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A instituição manterá 05 (cinco) Campis subdivididos nos municípios de Xinguara, Rondon do Pará, Santana do Araguaia e São Félix do Xingu.

De acordo com a classificação no município de Rondon do Pará a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) ofertará 8 (oito) cursos na área de ciências sociais aplicadas: Direito, Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Social; e na área de letras e línguas estrangeiras: Letras com Habilitação em Espanhol, Letras com Habilitação em Português e Letras com Habilitação em Inglês. Os primeiros cursos ofertados que iniciaram no ano de 2014, foram Administração e Ciências Contábeis.

Diretrizes

A LDB Nº 9.394/96 em seu Capítulo IV trata especificamente da Educação Superior descrevendo suas finalidades, tendo como suas principais funções a de realizar pesquisa, ensino e extensão.

No artigo 45 determina que

“A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas com variados graus de abrangência ou especialização.”

Dessa forma, é uma preocupação o modo como se formulam as políticas educacionais para o ensino superior, seus determinantes e seus condicionantes, em decorrência das transformações que vêm ocorrendo no mundo globalizado.

Assim, o Ensino Superior profissionaliza e capacita o sujeito a ocupar um espaço de respeito na Sociedade, possibilitando um maior acesso ao universo do mercado de Trabalho, de forma mais equacionada.

Caberá ao poder público agilizar projetos para articular processos de pesquisa, de ensino e extensão de acordo com a realidade e as necessidades de nossa cidade.

Meta e Estratégias

Meta 8 – Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50 (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão

para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias

- 1** – Apoiar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;
- 2** – Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;
- 3** – Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- 4** – Estabelecer parceria com o governo estadual e federal a fim de garantir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado aos profissionais da educação, em parceria com as IES públicas;
- 5** – Instituir parcerias junto as Instituições de Ensino Superior para oferta de formação inicial, formação continuada e cursos de especialização em alfabetização presenciais e a distância para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- 6** – Incentivar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;
- 7** – Incentivar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;
- 8** – Apoiar e incentivar no prazo de 2 (dois) ano de vigência desta Lei, política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

9 – Auxiliar na criação de políticas públicas que busquem ampliar o sucesso do estudante, proveniente do ensino médio público, para o ingresso no ensino superior, através de cursos preparatórios para o vestibular;

10 – Incentivar o desenvolvimento junto às Instituições de Ensino Superior de projetos de Ciências, Tecnologias e Extensão, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população, valorizadas e respeitadas as características e necessidades locais e regionais.

Meta 09 – Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias

1 – Estimular em parceria com os entes federados a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região amazônica, bem como a gestão de recursos hídricos na geração de emprego e renda na região;

2 – Fomentar política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

3 – Apoiar o fortalecimento à formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Programa Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

3.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Diagnóstico

O município de Rondon do Pará oferece a modalidade Educação de Jovens e Adultos desde o ano de 1999 com turmas de Alfabetização e das etapas. Nesse período foram formadas turmas na EMEF Dom Pedro I e até o corrente ano a Secretaria

Municipal de Educação tem ofertado essa modalidade chegando a ter no ano de 2005, 1.597 alunos conforme a seguinte tabela.

Tabela 16 - Demonstrativo do número de alunos matriculados nas turmas da Educação de Jovens e Adultos nos últimos 10 anos:

Anos	Quantidade de Alunos
2004	1453
2005	1597
2006	1291
2007	875
2008	548
2009	484
2010	424
2011	426
2012	414
2013	337

No ano de 2012 foi implantado em Rondon do Pará na EMEF Joselina Moreira de Oliveira a oferta da EJA Integrada por meio do programa Projovem Urbano para jovens com idade de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental.

Em 2013 a SEMEC com o intuito de diminuir a distorção idade série nas turmas de 5ª série criou duas turmas da 3ª etapa no turno vespertino na EMEF Dom Pedro I. Essas turmas foram formadas como projeto piloto, tendo um acompanhamento mais constante do Departamento de Ensino que através de um programa especial de acolhimento e incentivo tem ofertado aos professores um acompanhamento pedagógico mais preciso como formação continuada na EJA, e aos alunos aulas diversificadas com palestras, aulas passeio, debates e oficinas. Como este é um projeto piloto a SEMEC ao final do ano letivo estará avaliando a possibilidades de ofertar mais turmas nos próximos anos.

A taxa de analfabetismo em Rondon do Pará segundo o Censo 2010 foi de 6,5 das crianças de 10 a 14 anos e de 20,1 de pessoas com 15 anos ou mais. De acordo com as informações obtidas através do IBGE em 2010 a população de pessoas que nunca foram a escola era de 9.125 pessoas.

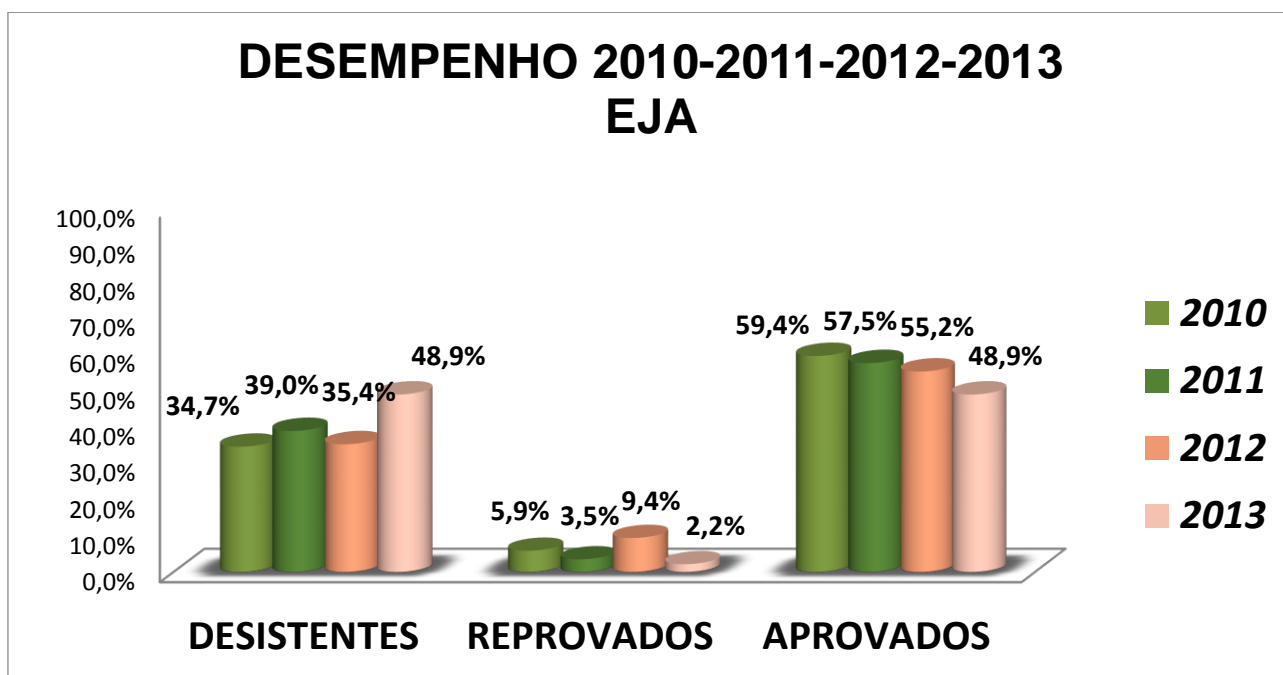
Tabela 17 - Demonstrativo da quantidade de alunos matriculados na EJA nos últimos cinco anos:

Escolas	2009	2010	2011	2012	2013
DOM PEDRO I	295	204	189	146	-
JOSELINA MOREIRA DE OLIVEIRA	-	-	-	196	123
LUCÍOLO O. RABELO	256	246	237	271	319
TOTAL	551	450	426	417	442

A modalidade EJA tem enfrentado no município algumas dificuldades que contribuem para a diminuição do nº de alunos e a conclusão de seus estudos, pois

grande parte dos alunos trabalham durante o dia em serviço braçal, outros tem carga horária de trabalho que muitas vezes se estende até a noite e alguns com dificuldades de aprendizagem por estarem fora da escola a muito tempo. Esses fatores acabam causando o aumento nos índices de evasão e reprovação como apresenta o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Indicadores do Desempenho Escolar na Educação de Jovens e Adultos nos últimos cinco anos:



Diretrizes

A LDB em seu artigo 37 determina que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Em 2000 o Conselho Nacional de Educação através da Câmara de Educação Básica estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, essa resolução abrange os processos formativos da EJA como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio.

A partir da instituição da EJA como modalidade foi criada sua identidade própria, considerando as situações, o perfil do estudante e a faixa etária. Com a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais foram adequados os componentes curriculares de acordo com as necessidades próprias da modalidade considerando práticas pedagógicas que assegurem aos educandos uma formação igualitária aos demais participantes da educação básica.

No município de Rondon do Pará a Educação de Jovens e Adultos é normatizada através do Regimento Escolar do Sistema Municipal de Ensino, da Resolução nº 06/2011 que aprova o ENCCEJA no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Rondon do Pará e através da Resolução nº 03/2013-CME que dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas municipais e nacionais aplicáveis a Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino.

Metas e Estratégias

Meta 10 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 70% (setenta por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 25% (vinte e cinco por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias

- 1 – Institucionalizar e/ou aderir a programas que contemplem a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;
- 2 – Organizar a proposta curricular da EJA baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA;
- 3 – Diminuir a evasão através de propostas metodológicas diferenciadas, a fim de assegurar a continuidade da escolarização;
- 4 – Buscar parcerias com outras instituições para apoiar projetos educacionais da EJA;
- 5 – Garantir formação continuada para os técnicos (a) e professores (a) da EJA para trabalhar as temáticas emergentes da comunidade, como formação humana biológica, etnia, ética, pluralidade cultural, sexualidade, violência, drogas, religiosidade, direitos humanos e mercado de trabalho;
- 6 – Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, considerando as especificidades das populações

itinerantes, do campo e das comunidades indígenas, inclusive na modalidade de educação a distância;

7 – Fomentar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

8 – Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequados às características desses alunos e alunas;

9 – Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10 – Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração com entes federados e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11 – Elaborar e executar um plano de ação integrado de alfabetização em parceria com entidades governamentais e não governamentais no município;

12 – Organizar as turmas de alfabetização de jovens, adultos e idosos como etapa do primeiro segmento do Ensino Fundamental, com recursos oriundos do FUNDEB de modo a favorecer a continuidade da escolarização básica;

13 – Criar condições para a implantação de turmas da EJA no diurno visando à inclusão e o atendimento das necessidades dos jovens, adultos e idosos;

14 – Realizar diagnóstico em parceria com os jovens e adultos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a fim de identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos;

15 – Realizar chamada pública anualmente para Educação de Jovens e Adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Indústria e Comércio do município e em parceria com organizações da sociedade civil;

16 – Instituir currículos adequados às especificidades dos educandos da EJA, incluindo temas que valorizem os ciclos/fases da vida e promover a inserção no mundo do trabalho e participação social;

17 – Garantir o acesso aos exames de certificação de conclusão do Ensino Fundamental aos jovens e adultos;

18 – Instituir um grupo de professores alfabetizadores de jovens, adultos e idosos nos sistemas de ensino, assegurando uma política municipal da alfabetização que contemple formação continuada de professores, condições e jornada de trabalho;

19 – Desenvolver e garantir políticas para os educadores e educandos da modalidade EJA, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica que possibilite a construção de novas estratégias de ensino e uso das tecnologias da informação;

20 – Promover a integração da EJA com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros na perspectiva da formação integral dos cidadãos;

21 – Acompanhar e monitorar o acesso, a frequência e o aproveitamento dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda e de educação no Ensino Fundamental;

22 – Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, compatível com as necessidades produtivas e com os planos de desenvolvimento do Estado e do Município, observando as características do público da Educação de Jovens e Adultos;

23 – Fomentar a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens, Adultos e Idosos articulada à educação profissional.

Meta 11 – Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Estratégias

- 1 – Incentivar projetos que vise erradicar o analfabetismo;
- 2 – Implementar estratégias para resgatar os alunos da “EJA” que se evadiram;
- 3 – Acompanhar e avaliar, a implantação das metas estabelecidas pelo PME para a modalidade EJA;
- 4 – Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por meio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;
- 5 – Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

3.6 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diagnóstico

Segundo a legislação brasileira, Decreto 7612, de 17/11/2011, art. 2º, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Assim, a Educação Especial se realiza em todos níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo como parte integrante do processo educacional o Atendimento

Educacional Especializado. Seu público-alvo são alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

No município a modalidade Educação Especial efetivou suas primeiras matrículas em 2000 na E.M.E.F. Pe. José Fontanella com a criação de uma sala de aula para uso exclusivo de alunos com necessidades educativas especiais, sendo criado o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). No ano de 2005 em decorrência da demanda, o Centro Educacional Especializado foi transferido para um prédio alugado, atendendo crianças com Deficiência Auditiva, Visual, Intelectual, Física, com Transtornos globais e Baixa visão. No quadro abaixo observa-se os tipos de deficiências e número de alunos atendidos nas escolas municipais em 2014.

Quadro 13 - Demonstrativo com tipos de deficiências e número de alunos por escola municipais da zona urbana e rural, matriculados no ano 2014 no ensino fundamental:

Tipo de deficiências	Número de alunos
Baixa visão	07
Deficiência Física	36
Deficiência Intelectual	123
Transtorno desintegrativo da infância	06
Deficiência múltipla	11
Síndrome de Rett	05
Cegueira	04
Surdez	02

Fonte: CENSO 2014

Os alunos residem com suas famílias e além de possuírem alguma deficiência, apresentam problemas comportamentais oriundos da desestruturação familiar e social, refletindo certa dificuldade na aprendizagem e nos diferentes níveis de relacionamento, gerando a necessidade do desenvolvimento de ações alternativas que viabilizem a melhoria da qualidade de vida em toda comunidade e na escola. São transportados para as escolas que são matriculadas através do transporte escolar durante todos os dias de atendimento.

O quadro de professores que trabalha com essa modalidade é de pedagogos, pós-graduados em Educação Especial e Inclusiva e alguns em Interpretes de Libras. No ano de 2013, além desses profissionais uma psicopedagoga veio fazer parte da equipe, trabalhando principalmente com alunos que apresentavam algum grau de dificuldade de aprendizagem ou deficiência mental.

A figura do psicopedagogo neste ambiente é de extrema importância, pois além de auxiliar crianças com necessidades especiais, analisa características de todo processo, numa visão globalizadora em parceria com outros profissionais, levando em conta a família e a criança e o espaço onde estão inseridas (escolar e social), bem como acompanhar o ensino aprendizagem.

Além disso, o município de Rondon do Pará através da Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de promover o atendimento adequado às pessoas com necessidades educativas especiais e de acordo com as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado determinadas pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009 implantou no ano de 2011, salas de recursos multifuncionais nas escolas municipais Pe. José Fontanella e João Miranda.

A partir do ano de 2014, foram implantadas também nas escolas municipais Joselina Moreira de Oliveira e Prof. Francisco Nunes oportunizando o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas da rede.

A Secretaria Municipal de Educação ainda tem atendido alunos que não tem condições de serem matriculados nas salas multifuncionais pelo seu grau de deficiência e idade avançada. Nas tabelas abaixo é apresentado o número de alunos da modalidade Educação Especial matriculados na zona urbana e rural nos últimos 05 (cinco) anos.

Tabela 18 - Relação de alunos da Educação Especial inclusos nas salas regulares da Rede Municipal de Ensino – Zona Urbana:

Níveis	2009	2010	2011	2012	2013
Educação Infantil	04	04	05	04	08
Ensino Fundamental	38	83	45	56	122
Total	42	87	50	60	130

Tabela 19 - Relação de alunos da Educação Especial inclusos nas salas regulares da Rede Municipal de Ensino – Zona Rural:

Níveis	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	02	02	02	02	07

Diretrizes

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 em seu artigo 58, “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para

educandos portadores de necessidades especiais”. Essa modalidade se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

A partir da instituição das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial através da Resolução nº 4/2009-CEB/CNE, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias ou filantrópicas.

Em Rondon do Pará a Educação Especial é normatizada através do Regimento Escolar do Sistema Municipal de Ensino e da Resolução nº 03/2013-CME que dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas municipais e nacionais aplicáveis a Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino.

Metas e Estratégias

Meta 12 – Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias

1 – Articular junto ao Poder Público, transporte acessível para atendimento aos alunos com dificuldade de locomoção do Ensino Regular;

2 – Garantir um profissional intérprete em LIBRAS nas Escolas da Rede Municipal em que houver demanda;

3 – Ampliar a Equipe da Educação Especial com Multiprofissionais (Psicólogo, Psicopedagogo, Pedagogo, Intérprete em LIBRAS, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social) entre outros;

4 – Buscar recursos junto à União para promover e garantir Acessibilidade Arquitetônica para atender os alunos inclusos na Rede Pública Municipal de Ensino;

5 – Buscar recursos junto à União para promover e garantir recursos e materiais pedagógicos adaptados contemplando todos os alunos com deficiência da Rede de Ensino a curto e médio prazo;

6 – Ofertar Formação Continuada aos Professores do AEE – Atendimento Educacional Especializado e a todos os Profissionais que atendem alunos inclusos na sala regular da Rede Municipal de Educação;

7 – Garantir o “Cuidador” (auxiliar/professor por escola) para atendimento aos alunos com necessidade especiais que a deficiência proporciona dependência;

8 – Fortalecer a parceria, estabelecendo convênios e ou termos de cooperação entre as Secretarias de EDUCAÇÃO, SAÚDE e ASSISTÊNCIA SOCIAL, priorizando o atendimento aos alunos especiais matriculados na Rede Municipal de Ensino;

9 – Garantir a construção de um espaço físico adequado para o Atendimento Educacional Especializado - AEE;

10 – Proporcionar aos profissionais de educação formação em LIBRAS e outras especificidades conforme demanda;

11 – Garantir aos alunos portadores de síndrome de down e autismo, atendimento a estimulação precoce em espaços adequados.

3.7 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Diagnóstico

O município de Rondon do Pará possui uma grande extensão rural com várias formas de organização do campo, sendo: áreas de assentamento, acampamentos, fazendas, colônias, vilas e agrovilas. A educação do campo já faz parte da realidade educacional do município desde a década de 70. E atualmente atende 18 escolas sendo multisseriadas.

Quadro 14 - Demonstrativo da quantidade de escolas do campo nos últimos seis anos.

Ano	Escolas do Campo
2009	27
2010	22
2011	18
2012	20
2013	18
2014	19

Com o aumento do êxodo rural no município várias famílias passaram a residir na zona urbana, causando assim uma diminuição no número de matrículas nas escolas do campo. Um outro fator que causa a diminuição no número de alunos é a evasão escolar e a reprovação, pois grande parte dos alunos por falta de condições socioeconômicas favoráveis desistem dos estudos.

A Secretaria Municipal de Educação possui o Setor de Coordenação do Campo com um Coordenador Geral que faz o acompanhamento pedagógico do processo ensino aprendizagem, assessorando os professores com formação continuada e na elaboração de atividades.

Em relação ao currículo, a Secretaria de Educação ainda não elaborou uma proposta curricular voltada ao campo, as escolas utilizam o mesmo currículo das escolas da zona urbana.

Todas escolas que tem mais de 50 alunos possuem Conselho Escolar e conseqüentemente são atendidas pelo PDDE, que tem proporcionado as escolas do campo, o aumento do acervo pedagógico e mobiliário.

A nível nacional sabe-se que o transporte escolar para os alunos do campo tem sido em alguns estados e municípios um entrave no desenvolvimento educacional, em Rondon do Pará, não está diferente, o problema vem diminuindo gradativamente, pois como o Programa Transporte Escolar do MEC, enviou nos últimos 02 anos ônibus e micro-ônibus escolar para atendimentos às escolas próximas dando aos alunos mais conforto e segurança. Porém os desafios ainda são grandes para o atendimento às localidades longínquas.

Quanto a infraestrutura física, algumas escolas com prédios próprios construídos em alvenaria e outras funcionando em casas que requer uma urgência de construção. Neste ano foram liberadas através do Plano de Ações Articuladas a construção do prédio de três escolas: Bom Fim, Vera Cruz e Monte Carvalho.

No ano de 2010 foi implantado o Projeto da Escola Ativa em todas as escolas do campo com turmas multisseriadas, todos os professores receberam capacitação através da formação continuada oferecida pelo projeto.

O município tem ofertado nas escolas do campo a educação infantil a partir dos quatro anos, conforme preceitua a lei e o ensino fundamental de oito e nove anos.

Quadro 15 - Demonstrativo de alunos matriculados nas Escolas do Campo por nível:

Nível	Nº de alunos				
	2009	2010	2011	2012	2013
Educação Infantil	280	159	192	228	149
Ens. Fund. De 08 anos	1.491	1.387	1.089	838	639
Ens. Fund. De 09 anos	-	172	348	467	638
Total	1.771	1.718	1.629	1.533	1.426

A Secretaria Municipal de Educação tem dentre suas metas para a educação do campo: melhoria da infraestrutura das escolas já existentes, construção de novas unidades de ensino, autorização das escolas já existentes, o assessoramento pedagógico na elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas e a construção da Proposta Educacional específica para o campo.

Diretrizes

De acordo com as Diretrizes Complementares Normas e Princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, a Educação do Campo é de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, tendo como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica.

A partir da aprovação das diretrizes para a Educação Básica do Campo, passou a ser obrigatórios nas escolas do campo: apoio pedagógico aos alunos, infra-estrutura adequada, materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto. Sempre levando em consideração a realidade dos educandos e suas diversidades.

No município de Rondon do Pará a Educação do Campo é normatizada através do Regimento Escolar do Sistema Municipal de Ensino, da Resolução nº 02/2010-CME que normatiza e orienta as escolas do Sistema Municipal de Ensino que adotam a estratégia metodológica da Escola Ativa e através da Resolução nº 03/2013-CME que dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas municipais e nacionais aplicáveis a Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino.

Metas e Estratégias

META 13 – Garantir condições adequadas para elevar a escolaridade média da população do campo, para no mínimo 12 anos da educação básica.

Estratégias

- 1** – Garantir a formação Continuada de Educadores do Campo;
- 2** – Regularizar escolas polo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, para atender as escolas por localidades próximas;
- 3** – Garantir a Construção Coletiva do Currículo das Escolas do Campo;
- 4** – Construir o Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo;
- 5** – Estimular parcerias com os governos federal e estadual para a implantação do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnica a partir das Experiências dos Saberes da Terra e das Casas Familiares Rurais;
- 6** – Construir Escolas nos Assentamentos jurisdicionados ao município de Rondon do Pará;
- 7** – Estabelecer parcerias com Estado e a União, para a Educação do Campo que assegure Transporte e Merenda Escolar Regionalizada;
- 8** – Construir Quadras Cobertas nas Escolas Pólos viabilizando atividades de Esportes, Artes, Lazer, Música e Dança;
- 9** – Assegurar o funcionamento de uma Casa de Apoio na Zona Urbana com alojamentos e alimentação para os Profissionais da Educação do Campo;
- 10** – Construir parâmetros curriculares municipais atendendo as especificidades das Modalidades de Ensino da Educação do Campo;
- 11** – Adaptar o Calendário Escolar nas Escolas Rurais de acordo com as necessidades de acesso a cada Região;

12 – Implementar a EJA em todas as comunidades inseridas no campo que apresentem demanda para esta modalidade de ensino;

13 – Reestruturar as escolas do campo para garantir o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos bem como a continuidade dos estudos dos educandos;

14 – Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União, Estado e município atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos assegurando que cada ente assumam suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural.

4. GESTÃO E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Diagnóstico

As mudanças ocorridas no mundo capitalista globalizado interferem na realidade do trabalho e acarretam transformações em nosso sistema educacional, que por sua vez converge para novos modelos de gestão do ensino público, visando uma administração mais flexível e participativa, abrangendo os aspectos administrativo, pedagógico e financeiro que englobam a educação.

Essas mudanças são transformadas em leis que embasam a educação de nosso país. A Constituição de 1988, o Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais documentos que regem a educação do País traz em seu bojo todas as decisões tomadas para a transformação na maneira de administrar a escola de forma participativa possibilitando o exercício da cidadania de todos os envolvidos no contexto escolar.

Na Constituição Federal, em seu artigo 206 determina que o ensino deva ser ministrado com base no princípio de gestão democrática e a Lei 9394/1996, conforme os artigos 14 e 15 descritos na íntegra:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Muito se discute nos dias atuais sobre a escolha do gestor escolar, se o mesmo deve ser indicado, eleito pelo poder público ou pela comunidade escolar. O decreto 6.094, de 24 de abril de 2007 “Todos pela Educação” apresenta diretrizes para a melhoria de qualidade do ensino e determina que estados e municípios estabeleçam regras para nomeação e exoneração de diretores escolares.

Na ausência de definições claras a comunidade escolar espera que seus gestores administrem com competência, apresentem planos de ação coerentes e direcionem o Projeto Político Pedagógico visando a melhoria da qualidade de ensino e garantia do atendimento à educação dos estudantes. Além disso, espera-se o incentivo para a participação comunitária na efetivação de uma gestão democrática e participativa, tornando-os aliados na luta pela democratização da escola.

Segundo Parente e Lück (2000),

[...] um diretor de escola é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos. Para tanto, em seu trabalho, presta atenção a cada evento, circunstância e ato, como parte de um conjunto de eventos, circunstâncias e atos, considerando-os globalmente, de modo interativo e dinâmico. Tal atitude garante a possibilidade de que “pense grande e aja no pequeno” [...], isto é, que em suas ações localizadas tenha em mente o conjunto todo da escola e seu papel educacional, não apenas imediato, mas de repercussão no futuro, em acordo com visão estratégica e com amplas políticas educacionais. Implica ter uma visão da escola inserida em sua comunidade, a médio e longo prazo, com horizontes largos. (p. 11).

Quanto ao Projeto Político Pedagógico, Veiga (2004) relata que para construí-lo deve-se enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a

escola organiza o seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola.

A formação continuada dos trabalhadores da educação é um fator que contribuirá para uma gestão democrática, onde professores, diretor, coordenadores, agentes administrativos, e demais servidores comprometidos com a qualidade de seu trabalho, com os objetivos da escola e com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, visam uma educação de qualidade e transformação social.

Para Libâneo:

A educação de qualidade é aquela que promove para todos o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, a constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (Libâneo, 2001, p. 54).

O sistema capitalista interessa-se pela formação dos futuros trabalhadores, tratando-os como produtos manipuláveis e sendo a educação um processo emancipatório da pessoa que deve conduzir os educandos a compreender e transformar o mundo com sua capacidade crítica e criativa, com consciência social e buscar a sua sobrevivência no mundo do trabalho, com participação ativa enquanto sujeitos da práxis transformadora alicerçados em valores de justiça, solidariedade e humanidade.

Metas e Estratégias

META 14 – Assegurar o fortalecimento da gestão democrática.

Estratégias

1 – Garantir formação continuada aos membros do Conselho: de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), do Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselhos Escolares e outros; e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas;

2 – Estimular, em todo Sistema de Ensino, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

3 – Fortalecer os Conselhos Escolares, assegurando-se, inclusive, espaço adequado e condições de funcionamento na instituição escolar, garantindo a participação e a consulta na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares e regimentos escolares;

4 – Regularizar a organização e o funcionamento das escolas da educação básica inclusive as escolas do campo considerando suas especificidades;

5 – Garantir representação paritária (movimentos sociais e governo) nas discussões decisórias de políticas públicas educacionais do município, reconhecendo a pluralidade de saberes de modo a refletir a diversidade dos agentes e sujeitos políticos do campo educacional;

6 – Criar e/ou consolidar fóruns consultivos e deliberativos para o fortalecimento do conselho municipal de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEB e da Alimentação Escolar, com representação dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas;

7 – Garantir formação continuada sobre as dimensões financeira, pedagógica, fiscal e contábil, institucional e administrativa para professores, gestores, supervisores escolares e demais profissionais da educação, a fim de garantir a efetivação da gestão democrática na rede municipal;

8 – Assegurar a aplicação de processos administrativos mais rigorosos aos gestores públicos que não investirem corretamente os recursos da educação, não prestar conta para os devidos órgãos fiscalizadores ou não tornar pública e transparente as receitas e despesas dos recursos da educação;

9 – Criar condições efetivas de participação da comunidade escolar e local na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, estabelecendo cronograma e materiais destinados a essas atividades que envolvem a Secretaria Municipal de Educação e as escolas;

10 – Instituir a eleição direta para o cargo de gestor das escolas públicas da rede municipal promovendo as condições para a efetiva participação das comunidades escolares, tendo em vista, o cronograma e o regulamento da Secretaria;

11 – Apoiar programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

12 – Estimular o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

Meta 15 – Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias

1 – Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

5. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Diagnóstico

A LDB nº 9.394/96 no artigo 67º, determina que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I -ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II - aperfeiçoamento

profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI - condições adequadas de trabalho.

Em Rondon do Pará no ano de 1993 foi instituída a Lei Municipal nº 266/93 que instituiu o Estatuto do Magistério do município de Rondon do Pará. Em 28 de maio de 1993 foi instituído o primeiro Plano de Carreira do Magistério através da Lei Municipal nº 257/93.

No ano de 2002 foi aprovado a Lei Municipal que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério, essa lei vigorou por alguns anos, no entanto, os professores através da SEMEC e do SINTEPP viram a necessidade de ser criada uma nova lei que pudesse trazer mais benefícios a classe educacional. Assim em 15 de outubro de 2010 foi aprovado durante o governo da prefeita Cristina Malcher a Lei nº 623/2010 que dispõe sobre a instituição do Plano de Carreira e Remuneração dos Trabalhadores em Educação Pública do município de Rondon do Pará, bem como sua gestão.

O Município de Rondon do Pará tem se preocupado com a obrigatoriedade das leis referentes a valorização dos profissionais de educação. Observando a importância da valorização salarial, formação continuada e garantindo boas condições de trabalho.

Com a instituição da Década da Educação iniciada em 1997 foi estabelecido através da LDB Nº 9394/96 que somente seriam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Assim, a partir desta determinação da lei, a Secretaria Municipal de Educação iniciou uma parceria com as Universidades Federais e Estaduais e também com Centros de Ensino Superior da rede privada, ofertando cursos na área da educação aos professores efetivos do município.

Outro fator que possibilitou o crescimento no número de professores com nível superior foi o PARFOR – Plano Nacional de Formação para Professores da Educação Básica que foi implantado no ano de 2007 em cursos de Licenciatura para docentes em exercício na rede sem formação superior e Segunda Licenciatura para docentes que atuam em área distinta da sua graduação inicial. Participaram da formação 54 professores e os cursos ofertados foram Ciências da Computação, Ciências Naturais, Educação Física, Geografia, Letras, Língua Inglesa, Matemática e Pedagogia.

Consequentemente, após essa iniciativa o número de professores com formação na educação superior cresceu mais de 90%. Essa ação oportunizou uma evolução nos índices educacionais do município principalmente no ensino aprendizagem.

Atualmente a SEMEC tem oportunizado aos professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental através do MEC a formação continuada para professores alfabetizadores do Programa Educacional da Alfabetização na Idade Certa e o Pró-gestão para os gestores escolares. A Secretaria de Educação tem oportunizado também outras formações para gestores e coordenadores pedagógicos, professores da Educação Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Em relação aos Conselhos Escolares, o Conselho Municipal de Educação através da SEMEC já realizou 08 (oito) formações para os conselheiros escolares das escolas da zona urbana e rural.

Quadro 16 - Demonstrativo do Percentual de Funções Docentes com Nível Superior em Rondon do Pará segundo o Censo 2013.

Rede	Ed. Infantil	Ens. Fundam.	Ens. Médio	E.J.A.
Municipal	72,5	70	-	84,6
Privada	26,7	59,6	94,7	-
Estadual	-	-	93,9	-

Metas e Estratégias

Meta 16 – Valorizar os profissionais do magistério da educação básica com formação, condições adequadas de trabalho, salários e carreira.

Meta 17 – Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras de educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 18 – Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Meta 19 – Assegurar, a cada 2 (dois) anos, a revisão do Plano de Carreira para os profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial

nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias

1 – Realizar formação continuada aos professores e profissionais em educação com ênfase nas TIC's e em outros assuntos mediante diagnósticos;

2 – Incentivar os professores a participarem de cursos de pós-graduação nas áreas específica de atuação através da Plataforma Freire e outras;

3 – Realizar concurso público para preenchimento de vagas existentes na SEMEC;

4 – Buscar parcerias com as Universidades na oferta de cursos de graduação em Arte, Ensino Religioso, Música e Língua Inglesa para sanar as carências de profissionais na área dentro do município;

5 – Capacitar os profissionais para atuarem com os alunos portadores de necessidades especiais;

6 – Disponibilizar quadro de professores substitutos na Secretaria Municipal de Educação para auxílio das necessidades imprevistas ocorridas nos estabelecimentos de ensino;

7 – Realizar avaliação funcional dos profissionais em educação, conforme previsto no PCCR;

8 – Assegurar a criação da casa do educador, onde ele tenha acesso a biblioteca, internet, formação, cultura e espaço de pesquisa;

9 – Construir um Centro de Convenções para realização de Encontros e Capacitação dos profissionais em Educação e de alunos, com capacidade para mais de 1000 pessoas, na Zona Urbana;

10 – Garantir profissionais como: Psicólogos, Terapeuta e fonoaudiólogo que atendam os Profissionais de Educação no tratamento preventivo;

11 – Garantir atendimento preferencial na área da saúde com médicos especialistas como: otorrinolaringologista, neurologista, ortopedista e psiquiatra, para os Profissionais de Educação;

12 – Prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

13 – Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação para subsidiar os órgãos competentes na reestruturação e implementação do plano de Carreira.

6. SISTEMA DE ENSINO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Diagnóstico

Programa Dinheiro Direto na Escola

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas da educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como benefício social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar no plano financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Em Rondon do Pará a adesão ao programa ocorreu em 1999, trazendo muitos benefícios para as escolas municipais. Novos projetos foram criados a fim de melhorar a infraestrutura das escolas, o fazer pedagógico e a autonomia.

Cada escola recebe um valor de acordo com o número de alunos extraídos no censo escolar e o conselho escolar coordena e gerencia a aplicação dos recursos.

PDE – Escola

O PDE Escola é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua

gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros visando apoiar a execução de todo ou parte do seu planejamento. Assim cada escola realiza através da ferramenta PDE Interativo um amplo diagnóstico da realidade vivenciada e elabora o planejamento coletivamente a partir dos problemas que foram identificados.

FUNDEB

O Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB foi criado em 2006 pelo Governo Federal, do valor recebido 60% são destinados na remuneração do Magistério e 40% na manutenção e desenvolvimento do ensino. Os municípios recebem os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os estados, com base no número de alunos do ensino fundamental e médio.

PDE INTERATIVO

O PDE interativo foi desenvolvido com base na metodologia do PDE Escola e a partir de 2012 todas as escolas públicas do país poderão aderir-lo. Esse programa está organizado em etapas que auxiliam a equipe escolar a identificar seus principais problemas e a definir ações para alcançar seus objetivos, aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e conseqüentemente elevando seus resultados.

No município todas escolas de ensino fundamental aderiram ao programa, englobando um conjunto de ações pedagógicas para a melhoria dos resultados da aprendizagem.

Programa de Educação Integral: Mais Educação

O programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial Nº 17/2007 que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. O governo Federal em abril de 2007 definiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento de tarefas de educar entre os

profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola, isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens. O programa atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB, com ampliação da jornada escolar de sete horas diárias durante todo período letivo. Esta ampliação se dá mediante ações atividades sócio educativas no contra turno na área da cultura, do esporte, do acompanhamento pedagógico, dos direitos humanos e desenvolvimento social. Nessa perspectiva o programa preconiza que não só a escola é um espaço de aprendizagem, mas em seu entorno e demais locais da cidade são espaços educadores, ou seja, toda comunidade e as cidades com seus monumentos, praças, clubes, associações, igrejas, dentre outros. As atividades desenvolvidas são estabelecidas de acordo com os macrocampos oferecidos pelo governo federal. No município de Rondon do Pará o Programa Mais Educação foi implantado no ano de 2011 com elaboração do Projeto em três escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Francisco Nunes, João Miranda e Padre José Fontanella, só desenvolvendo suas atividades pedagógicas em fevereiro de 2012 quando chegou o recurso do MEC. Cada escola atendeu 100 alunos. A partir de 2013 as escolas municipais de ensino fundamental São Francisco, Maria Lei Miranda Colares, Lucíolo Oliveira Rabelo, Joselina Moreira de Oliveira, Duque de Caxias e Vasco da Gama passaram a aderir ao Programa Mais Educação.

Outros programas federais

A Secretaria Municipal de Educação aderiu também os seguintes Programas: PNATE – Transporte Escolar; PNAE – Alimentação Escolar; PNLD – Livro Didático; PAR – Plano de Ações Articuladas; Pro Infância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil; Caminho da Escola; PDDE do Campo, PDDE Acessibilidade e Atleta na Escola.

Esses programas têm por objetivo a melhoria da qualidade do ensino, através de ações de reparos, reformas, adequações, aquisição de equipamentos, a acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais e também tem dado suporte para o desenvolvimento da educação em Rondon do Pará, minimizando as dificuldades existentes.

Observa-se que a educação rondonense possui uma base de sustentação através do regime de colaboração da União e do Estado. Portanto, muito ainda precisa ser feito para alcançarmos a excelência, visto que os recursos disponibilizados por estes

programas não são suficientes para atender a grande demanda da educação do município.

Quadro de Planilha de Receitas da Secretaria Municipal de Rondon do Pará dos anos 2012 e 2013 do município de Rondon do Pará:

RECEITA DE PROGRAMAS	ANO 2012	ANO 2013	TOTAL
Salário Educação	594.101,12	680.146,55	1.274.247,67
PDDE	5.573,70	9.240,00	14.813,70
PNAE	779.184,00	849.140,00	1.628.324,00
Outras receitas do FNDE	3.050.115,98	648.679,92	3.698.795,90
VALOR TOTAL	4.428.974,80	2.187.206,47	6.616.181,27

RECEITAS DO FUNDEB	ANO 2012	ANO 2013	TOTAL
Transferência do FUNDEB	12.780.673,33	12.649.979,35	25.430.652,68
Complementação do FUNDEB	9.471.580,00	9.292.585,45	18.764.165,45
VALOR TOTAL	22.252.253,33	21.942.564,80	44.194.818,13

REPASSE DE RECURSOS PRÓPRIOS DA PMRP PARA A O FUNDO DE EDUCAÇÃO.

ANO 2012	ANO 2013	TOTAL
3.567.924,56	6.836.135,83	10.404.060,39

Metas e Estratégias

Meta 20 – Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias

- 1 – Destinar recursos financeiros para realização de projetos pedagógicos nas escolas;
- 2 – Elevar de 25% a 30% o investimento do município para a educação;
- 3 – Fortalecer o papel fiscalizador do FUNDEB considerando a composição e suas atribuições legais;
- 4 – Apoiar financeiramente aos docentes quando saírem do município para fazerem capacitação e/ou formação;
- 5 – Criar um centro tecnológico para formação integral do professor em TICS em parceria com o governo municipal, estadual e federal;
- 6 – Garantir em regime de colaboração entre a união, estado e município que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtidos em cursos de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

7. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diagnóstico

Tendo em vista que o município de Rondon do Pará aos longos das últimas décadas foi um dos que mais degradou no estado Pará, seu meio ambiente em função das atividades econômicas predatórias e primárias, pode-se afirmar que apesar dos esforços de algumas escolas para inserir o tema em seus planos de ação, a educação ambiental no município ainda está longe de ações concretas e eficazes capaz de criar uma consciência cidadã mais preocupada com a preservação dos recursos naturais e com o meio urbano.

Durante algum tempo a Secretaria Estadual/Municipal de Meio Ambiente tentaram estruturar um Departamento de Educação Ambiental no município, no entanto, poucas foram as ações, seja por falta de recursos financeiros, por falta de pessoal, uma vez que é bem reduzido o quadro de funcionários que a mesma dispõe, seja por falta de vontade política. Alguns professores dentro de suas disciplinas específicas como Geografia, Estudos Amazônicos, História, etc, desenvolvem algumas ações nesse sentido. Porém não há um projeto de Educação Ambiental que articule todas as disciplinas e escolas do município em todos os níveis de ensino de forma integrada com

um objetivo claro, são apenas ações isoladas fruto de esforço de alguns professores que buscam muitas vezes parcerias.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente chegou a realizar com a comunidade uma Conferência Municipal de Meio Ambiente na qual foram discutidos vários temas relacionados a educação ambiental. Neste sentido sugeriram alguns questionamentos que mostraram quais os principais anseios da comunidade em geral relativos ao meio ambiente.

Em busca de atender as expectativas da comunidade que sugeriu ações mais concretas voltadas para a Educação Ambiental no município, no início de 2015 a SEMEC tentou novamente estruturar um Departamento de Educação Ambiental que de forma articulada pudesse envolver todas as escolas públicas. O projeto foi elaborado mas não chegou a ser posto em prática pois a Secretaria de Educação tem encontrado dificuldades financeiras para que isso aconteça, ficando mais uma vez a educação ambiental para segundo plano. Dessa forma cada escola tenta dentro de suas possibilidades desenvolver algo voltado para as questões ambientais, porém tudo acontece de forma muito isolada. Não há divulgação extraescolar e portanto, resumindo-se aos muros da escola o efeito nem sempre acontece como deveria.

Metas e Estratégias

Meta 21 – Implementar a Educação Ambiental nas Unidades Escolares numa abordagem que propicie uma postura crítica e transformadora de valores, de forma a reorientar atitudes para a construção de sociedades sustentáveis.

Estratégias

- 1 –** Normatizar através dos órgãos competentes a Educação Ambiental no Município de Rondon do Pará no prazo de três anos a partir da vigência do plano;
- 2 –** Garantir formação continuada em educação ambiental aos profissionais da educação através de Fóruns, Seminários e Grupos de Estudos;
- 3 –** Promover ações de sensibilização para a preservação do meio ambiente;
- 4 –** Consolidar o papel da EA como importante vetor de desenvolvimento no Município de Rondon do Pará, atuando conjuntamente com órgãos governamentais, não governamentais, empresas e sociedade civil;

5 – Estimular os profissionais da Educação a participarem de conferência, fóruns, seminários e congressos com instituições afins, imbuídas no conceito de rede de proteção ao meio ambiente;

6 – Buscar parcerias entre órgãos federais, estaduais e demais parceiros para atuar nas escolas públicas da educação básica no sentido de mediar a Educação Ambiental, oferecendo anualmente oficinas e minicursos, fortalecendo o saber científico nas unidades de ensino;

7 – Integrar ações de formação em consumo ético, consciente e responsável, por meio da articulação de iniciativas em andamento em todo o município;

8 – Fomentar a construção da Agenda 21 escolar e comunitária.

8. RELAÇÕES ÉTICOS RACIAIS AFRO-BRASILEIRA

Diagnóstico

O governo federal sancionou em março de 2003, a lei nº 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “Histórica e Cultura Afro-Brasileira”. A lei institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio e também a obrigatoriedade de incluir no Calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira; reconhece as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais e dar importantes passos rumo a afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira.

O município de Rondon do Pará tem integralizado no currículo da Educação Básica o ensino da História da África e dos africanos, valorizando a cultura afrodescendente, reconhecendo a sua presença de forma positiva nos diversos segmentos da sociedade.

Desde 2012 a Secretaria Municipal de Educação realiza a Feira das Relações Étnico-raciais Afro-brasileira do município, onde as escolas municipais de 5ª a 8ª séries

e a Escola de Ensino Médio Dr. Dionísio Bentes de Carvalho fazem apresentações culturais, com poemas, poesias, rimas e ritmos musicais como: maculelê, capoeira, carimbó, samba da roda, reggae, hip-hop, moda de rua, axé, frevo e músicas africanas. São expostos também a culinária com diversos pratos típicos e plantas medicinais populares.

Com atividades constantes almejamos que a comunidade escolar desperte para o respeito ao próximo, a igualdade e valorização entre todos e refletir sobre a história e identidade afro-brasileira e as formas de expressão da cultura nacional. Acreditamos que através do conhecimento é que as transformações culturais e sociais acontecem, quebrando barreiras e formando cidadãos que respeitem, admirem a história do outro e que se tornem cidadãos atuantes em seu contexto social.

Meta e Estratégias

Meta 22 – Garantir a equidade étnico-racial, objetivando a redução da desigualdade educacional, oferecendo condições objetivas de trabalho, formação inicial e continuada para os trabalhadores em educação, em todos os níveis, enfocando os conhecimentos sobre Educação das relações étnico-raciais.

Estratégias

1 – Garantir a implementação das leis nº 10.639/03/CNE que estabelece as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática Histórica e Cultura Afro-Brasileira” e nº 11.645/08/CNE que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em todas as instituições de ensino formal e não formal do município;

2 – Garantir que 100% dos profissionais da educação da rede municipal sejam capacitados através da formação continuada para atender a diversidade étnico-racial;

3 – Organizar em parceria com as demais secretarias e outras instituições, campanhas educativas, visando estimular uma cultura de paz e respeito à diversidade étnico-racial no município de Rondon do Pará;

4 – Investir na aquisição de materiais pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial, de pessoas com deficiências, diversidades etárias, características humano

biológicas entre outras, para repartição nas escolas da rede municipal de educação e bibliotecas públicas;

5 – Avaliar continuamente os materiais didáticos no que diz respeito à diversidade étnico racial, evitando abordagens excludentes;

6 – Garantir uma educação igualitária por meio do ensino de Arte e Cultura que valorize as culturas orais, as manifestações populares tradicionais, a produção artística, a sociedade em seus valores, diferenças, crenças e etnias;

7 – Garantir o Dia da Consciência Negra no “calendário escolar” para dar visibilidade aos projetos pedagógicos que acolha a diversidade cultural das crianças, incluindo e valorizando o patrimônio cultural de suas famílias e da comunidade.

9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O Plano Municipal de Educação é um documento que prevê a definição de metas estratégias educacionais do município de Rondon do Pará para a década de 2015 a 2025, tendo como princípio a participação democrática.

Sua avaliação responderá expectativas e especificidades da educação para atender à comunidade rondonense nos próximos dez anos, de forma articulada com o Plano Estadual de Educação e o Plano Nacional de Educação e em consonância com a LDBEN nº 9.394/96.

A Secretaria Municipal de Educação deverá constituir uma equipe técnica de acompanhamento e avaliação, que implante um banco de dados tanto para a renovação dos diagnósticos quanto para o acompanhamento das estratégias e ações que também deverá tornar público os resultados obtidos no decorrer da execução do plano. Além do mais irá subsidiar a revisão e ajustes das metas e ações num processo contínuo de aperfeiçoamento do plano e prever na sua execução possíveis alterações em função das seguintes circunstâncias: surgimento de súbito fluxo migratório e inesperado aumento de recursos provenientes de receitas próprias e de transferência ou crescimento de outras receitas.

Para a realização desse processo cabe a Secretaria Municipal de Educação cumprir, monitorar e avaliar o cumprimento das metas e estratégias do PME, garantindo o suporte técnico e administrativo. Ao Conselho Municipal de Educação-CME compete como órgão normativo e fiscalizador, acompanhar e avaliar a execução do PME e ao

Fórum Municipal de Educação acompanhar e avaliar a implementação do PME bem como sua tramitação do Projeto de Lei junto a Câmara de Vereadores.

A partir da aprovação o Plano Municipal de Educação serão realizadas ações estratégicas para garantir o monitoramento e a avaliação da implementação das propostas estabelecidas de dois em dois anos, bem como a realização encontros semestrais que irão auxiliar no acompanhamento das metas e definir o andamento de todo o processo.

O município deverá atuar em regime de colaboração com a União e o Estado visando o alcance das metas e à implementação das estratégias, cabendo aos gestores municipais a adoção das medidas governamentais necessárias à sua realização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1998. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Documento Norteador para Elaboração do Plano Municipal de Educação. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.126.
- [HTTP://www.portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar](http://www.portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar).
- [HTTP://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf](http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf).
- [HTTP://cidades.ibge.gov.br](http://cidades.ibge.gov.br).
- [HTTP://matricula.educacenso.inep.gov.br](http://matricula.educacenso.inep.gov.br).
- [HTTP://www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br).
- IBGE – www.ibge.gov.br/bancodedados/cid@des.
- Plano de Metas Todos pela Educação. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.
- PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – PA 2013.
- PLANO Nacional de Educação – PNE. Lei Nº 13.005, de 25 junho de 2014.
- Regimento Escolar do Sistema Municipal de Ensino do município de Rondon do Pará. Ano 2008.